

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
MESTRADO EM FILOSOFIA

JANE SANTANA PEREIRA

**SUICÍDIO: JUSTIFICABILIDADE MORAL A PARTIR DO PENSAMENTO DE
DAVID HUME**

Caxias do Sul
2019

JANE SANTANA PEREIRA

**SUICÍDIO: JUSTIFICABILIDADE MORAL A PARTIR DO PENSAMENTO DE
DAVID HUME**

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Everaldo Cescon

Caxias do Sul

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

P436s Pereira, Jane Santana

Suicídio : justificabilidade moral a partir do pensamento de David Hume / Jane Santana Pereira. – 2019.

82 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, 2019.

Orientação: Everaldo Cescon.

1. Suicídio. 2. Filosofia. 3. Ética. 4. Hume, David, 1711-1776. I. Cescon, Everaldo, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 179.7

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Michele Fernanda Silveira da Silveira - CRB 10/2334

JANE SANTANA PEREIRA

SUICÍDIO: JUSTIFICABILIDADE MORAL A PARTIR DO PENSAMENTO DE DAVID
HUME

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Caxias do Sul, 20 de dezembro de 2019

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Everaldo Cescon- Orientador
Universidade de Caxias do Sul

Prof. Dr. Paulo César Nodari
Universidade de Caxias do Sul

Prof.Dr. Odair Camatti.
Universidade de URI – Erechim-RS

A Nelson Vicenzi, esposo, amor, que ao longo dessa caminhada conseguiu transmitir a força, capaz de me fazer seguir em frente para realizar minhas conquistas.

“Apressa-te a viver bem e pensa que cada dia é, por si só, uma vida”.

(Sêneca)

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho resultou da participação e esforços de um conjunto de pessoas, agradeço pelo estímulo e os importantes questionamentos sobre o tema que cursa os mistérios da vida e da morte.

Agradeço a Deus por me amparar nos momentos mais difíceis, por me mostrar uma luz e possibilidades de novos caminhos.

Aos meus queridos pais, Aldori e Maroli pela delicadeza de entender as horas de ausência e por todo o amor e incentivo. Vocês muito cedo implantaram na minha alma uma vida simples, de paz, fé e esperanças. Aos meus amores Francisco, Jayane e Rafael pela alegria das nossas doces brincadeiras. E ao meu irmão Jaime, pela perseverança e o carinho. Ao nosso irmão Jair (*in memoriam*) pela coragem de mostrar que lutar pela vida é o que realmente vale a pena, apesar de todas as dificuldades e limites que se apresentam.

Ao Nelson, querido amor, meu esposo, companheiro, agradeço pelo apoio incondicional, pela compreensão nos longos e complicados períodos que ficaste só. Do mesmo modo pela confiança absoluta que tiveste e, na minha capacidade de realização desta dissertação, o que certamente me impulsionou a continuar.

Em especial, ao meu orientador Prof. Dr. Everaldo Cescon, pela competência, seriedade e paciência que conduziu nossos encontros, seu entendimento nos momentos difíceis e de pouca produção. Além disso, pela motivação de aprofundar meus conhecimentos, crescimento pessoal, profissional e vislumbrar melhor a mente e o comportamento humano.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGFIL) – Mestrado em Ética – UCS, pelo carinho e disponibilidade em compartilhar suas experiências.

Ao professor Jayme Paviani, seus conhecimentos impulsionam a cada dia o pensar filosófico. Ao professor Paulo Nodari, pela construção do conhecimento, sabedoria e o entendimento de repensar a morte.

À secretária do Programa, Daniela, pela atenção e carinho. Aos amigos e colegas do Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGFIL) – Mestrado em Ética – UCS, pelo apoio e a nossa amizade em todos os momentos que passamos juntos.

À colega do mestrado Eliana Balbinott agradeço pelo carinho, amizade nos momentos delicados e tristes, superados com nossos encontros filosóficos.

Ao colega do mestrado Carlos Rech, “você meu amigo, meu parceiro de toda essa caminhada, aos poucos nossa amizade tornou-se afetuosa, na alegria e na dor, mas ao mesmo tempo, leve e simples. A percepção nos pequenos detalhes dos textos e as reflexões dos nossos encontros produziram asas à imaginação, entre uma página e outra, eu querendo assuntos da vida e você do corpo e da morte, ‘transplantando’. Com você aprendi muito, entre uma leitura e outra, trocas de ideias, nossa tarefa de filosofar e, ainda angústia do término da dissertação, era visível a cada encontro. Assim, referir sobre as dores do mundo. Carlos, sinto-me uma pessoa mais feliz pelo prazer de ter você como amigo”.

RESUMO

O objetivo principal desta dissertação é refletir acerca da justificabilidade moral do suicídio a partir da teoria de David Hume. O suicídio representa um fenômeno perturbador encontra-se inserido no contexto histórico-filosófico e ressalta a importância das pesquisas, discussões e reflexões na sociedade contemporânea. A questão filosófica é: o suicídio é um ato moralmente justificável a partir do pensamento de David Hume? Para isso, pretende-se analisar a fundamentação teórica da moral e a possibilidade de expor o seu método empírico e a sua compreensão no contexto filosófico. Nesse sentido, a presente dissertação tem a pretensão de analisar um problema filosófico verdadeiramente sério: O suicídio e a justificabilidade moral. Para melhor compreender buscou-se apoio teórico na principal obra de Hume, *O Tratado da natureza humana e Ensaios, Morais, Políticos e Literários*. Como metodologia de pesquisa, utilizou-se um apoio teórico dos autores que dissertam sobre a problemática do suicídio como conduta humana. No primeiro momento, apresenta-se uma abordagem histórica-filosófica acerca do suicídio, sua incidência e considerações. Na sequência, consta uma contextualização sob a visão da área da saúde, da sociologia e da filosofia. No segundo momento, apresenta-se a filosofia Humeana e a construção da moralidade: o método empírico. No terceiro e último momento, destacam-se as ideias de David Hume aplicadas à justificabilidade moral do suicídio, bem como o uso da razão e a sensibilidade, para comprovar a sua verdade.

Palavras-chave: Suicídio. Hume. Filosofia. Moralidade.

ABSTRACT

In this thesis, the main objective is to reflect about the moral justificability of suicide starting from David Hume's theory. Suicide represents a disturbing phenomenon that is inserted in the historical-philosophical context and emphasizes the importance of research, discussions and reflections in contemporary society. The justification of this work is the need to conceive a causal relationship for suicide, that is, a prediction of cause and effect for the fact. With this, intervene in the breaking of taboos, prevention and awareness of society on the subject. The philosophical question is whether suicide is a morally justifiable act from the thought of David Hume. For this, we intend to analyze the theoretical foundation of morality and the possibility of exposing its empirical method and its understanding in the philosophical context. In this sense, the present dissertation intends to analyze a truly serious philosophical problem: Suicide and moral justification. In addition, specific objectives were defined to describe suicide from the perspectives of health, sociology, philosophy, and to understand David Hume's experimental method of reasoning for moral issues, analyzing empiricism, morality, causality, and unique experiences for social, political and personal criterion of suicide. To better understand, theoretical support was sought in the author's main work, *The Treatise of Human Nature and Essays, Morals, Politicians and Literary* where the related texts "Of Suicide" are found. As a research methodology, we used the theoretical support of the authors who talk about the problem of suicide as a human conduct. In the first moment, a historical-philosophical approach about suicide, its incidence and considerations is presented. Next, there is a contextualization from the viewpoint of health, sociology and philosophy. In the second moment, we present the Humean philosophy and the construction of morality: the empirical method. In the third and last moment, we highlight David Hume's ideas applied to the moral justification of suicide, as well as the use of reason and sensitivity to prove its truth

Keywords: Suicide. Hume. Philosophy. Morality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
2 CONTEXTUALIZAÇÃO ACERCA DO SUICÍDIO	16
2.1 INCIDÊNCIA DO SUICÍDIO	21
3 COMPREENDENDO O SUICÍDIO NA PERSPECTIVA MULTIDISCIPLINAR ...	27
3.1 AS PERSPECTIVAS SOBRE O SUICÍDIO NA ÁREA DA SAÚDE.....	27
3.2 AS PERSPECTIVAS ACERCA DO SUICÍDIO NA SOCIOLOGIA	35
3.3 AS PERSPECTIVAS ACERCA DO SUICÍDIO NA FILOSOFIA	38
4 OS PRINCÍPIOS DA FILOSOFIA NATURALISTA DE DAVID HUME	44
4.1 CAUSALIDADE E EXPERIÊNCIA SINGULAR	53
4.2 EMPIRISMO E A MORALIDADE EM HUME.....	58
5 O SUICÍDIO E A JUSTIFICABILIDADE EM HUME	63
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	77

1 INTRODUÇÃO

O tema da presente dissertação é o suicídio interpretado a partir dos elementos propostos pelo filósofo e historiador escocês David Hume (1711-1776). Suas obras tratam de importantes discussões sobre o método empírico e a moralidade. A causalidade e a experiência singular, percepções, ideias, sensibilidade, sentimentos e paixões. Sua principal obra *O Tratado da natureza humana*. “*Do suicídio*” propriamente encontra-se como textos póstumos chamados Dissertações sobre as paixões inserido nos Ensaios Morais, Políticos, e Literários. Hume é responsável de um modo geral por contribuições para a ciência, para epistemologia, para a filosofia moral, da mente, das emoções, da religião entre outras.

Hume convicto do método experimental nas ciências, de acordo com sua linha de pensamento não idealiza outro caminho para reflexão ética e a moralidade, fora do empirismo. A ética, para Hume, deveria ser uma “ciência da natureza humana” fundada na observação dos fatos. O seu objeto é a descoberta dos princípios do agir humano, entendendo-se por princípios não as leis ou normas de dever-ser, dirigidas à razão e à vontade de cada indivíduo, mas sim as inclinações que representam componentes elementares da natureza humana. O autor assegura que todas as ciências possuem em comum, uma relação maior ou menor, com a natureza humana; ao longo dessa obra Hume, apresenta importante discussão ao tema do método empírico e justifica em sua primeira seção, de forma prática algumas passagens, que ilustram o método empírico, e a possibilidade de investigar os fundamentos da moralidade. Ainda, fundamenta a teoria moral no Livro III do *Tratado da Natureza Humana* está nos textos a discussão sobre a moralidade e o autor questiona se os fundamentos últimos da moral têm origem na razão ou no sentimento. A questão filosófica é refletir se o suicídio é um ato moralmente justificável a partir do pensamento de David Hume. Para isso, pretende-se analisar a fundamentação teórica da moral e a possibilidade de expor o seu método empírico e a sua compreensão no contexto filosófico. Nesse sentido, a presente dissertação tem a pretensão de analisar um problema filosófico verdadeiramente sério: O suicídio e a justificabilidade moral.

Hume salienta que os juízos morais, como qualquer outra ação exercida pela mente, tem o entendimento com o termo *percepção*. E as percepções, assim, se

reduzem a impressões e ideias. O autor afirma que todas as ações como ver, ouvir, julgar, amar, odiar e pensar incluem-se sob essa dominação. Cabe lembrar que para Hume (2009) as impressões e ideias se distinguem por sua força e vividez. Assim, as impressões são as percepções mais fortes pode-se dizer que são as sensações, afetos e sentimentos. Para Hume, as ideias são as percepções mais fracas, ou cópias das impressões fixadas na imaginação e na memória. No entanto o termo percepção não se aplica menos aos juízos pelos quais distinguimos entre o bem e o mal morais que a qualquer outra operação da mente. Aprovar um caráter e condenar outro são apenas duas percepções diferentes.

O Homem dotado de discernimento, de saber, de fragilidades e de emoções, encontra-se como objeto de discussão e não há nada no contexto da natureza humana, em suas ações, fatos no qual os filósofos e estudiosos não manifestem opiniões contrárias. O suicídio encontra-se neste contexto histórico-filosófico como tema pertinente na perspectiva dos “assuntos morais” promovendo discussões e diferentes posicionamentos. Por isso, é necessário resgatar esse contexto e suas representações e ainda compreender essa trajetória entre povos e culturas diferentes.

No entanto, essa aflição encontra-se em diferentes realidades na sociedade, no trabalho, na mídia, nos meios acadêmicos, nas Universidades, e demais profissões independente da idade, gênero, domínios sociais e econômicos. Segundo os dados epidemiológicos mundiais a tendência de crescimento no número de suicídios vem sendo verificada há alguns anos. A mortalidade por suicídio persiste e desafia pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. O suicídio encontra-se em diferentes perspectivas das áreas do saber e essas apontam como uma questão complexa, mas é possível contribuir na quebra de tabus e na conscientização da sociedade sobre o tema. No entanto é preciso falar sobre, o suicídio pode ser prevenido com informações e discussões em todos os meios. O tema pela sua complexidade, e suas relações com o meio social estimula a abertura de ponderações consideradas pelas disciplinas da área da saúde como a psiquiatria, sociologia e filosofia. As relações entre essas áreas encontram-se nesta dissertação com diferentes conceitos. O ato suicida “é todo o ato em que o indivíduo ocasione uma lesão a si mesmo, qualquer que seja o grau de intenção letal e conhecimento do verdadeiro móvel do ato” (OMS, 2006). Para a Organização Mundial de Saúde, o suicídio é um ato deliberado, iniciado e levado até o fim por uma pessoa, com pleno

conhecimento ou expectativa de um resultado final. Já a tentativa de suicídio pode ser considerada um ato com um resultado não fatal. Nesse último caso, um indivíduo inicia um comportamento não habitual que, poderá causar prejuízo para si próprio.

Conforme autores da área da saúde, o suicídio (do latim *sui*, próprio, e *caedere*, matar) é o ato intencional de matar a si mesmo. É um tipo de comportamento no qual o indivíduo age de modo a causar lesão a si mesmo, qualquer que seja o grau de intenção letal e de conhecimento do verdadeiro motivo deste ato. Esse tipo de ação autodestrutiva apresenta etiologia multicausal, usualmente resultante da ação recíproca de fatores biológicos, psicológicos, psiquiátricos, culturais, sociais, religiosos, entre outros.

Nos estudos da Sociologia, Durkheim (1897) inaugurou um novo olhar sobre esse fenômeno, desvinculando-o da conotação moral e individualista sob a qual ele era abordado até então, documentando e analisando de forma científica sua relação com os laços sociais que o sujeito suicida estabelece. O suicídio caracteriza-se, para esse autor, como um fenômeno social, e não suscetível a uma explicação estreitamente individual. Para o autor o desenvolvimento industrial, urbano e científico provoca em algumas instituições sociais básicas, como a família, a igreja uma perda da capacidade integradora no processo de socialização do indivíduo. O sociólogo, afirma que por meio do estudo da religião, do casamento, da família e da comunidade política, o suicídio torna-se o resultado de uma série de acontecimentos sociais que se originam da relação do indivíduo com a sociedade e suas instituições. O tema suicídio, na sociedade contemporânea, encontra-se cercado pelos tabus, preconceitos e um estigma social negativo. Assim, a preocupação em refletir sobre esse cenário como a perda do sentido da vida, sobre preconceitos, a perda dos valores da vida, essa crise de cultura e o problema dos riscos de viver e a pergunta então: Como a sociedade está vivenciando esse fenômeno?

O suicídio como proposta desta dissertação é uma temática que provoca inquietações, utilizando dos meios científicos e através do diálogo como chamada para reflexões, tomadas de iniciativas em relação ao posicionamento da sociedade de forma geral. Com os indivíduos e sobre os aspectos da moralidade entre elas destacam-se o que, e como o suicídio incide sobre todos os modelos de sociedades, no contexto de grandes populações ou nas pequenas comunidades rurais e indígenas, diagnosticado praticamente em todas as faixas etárias, sociais e culturais,

sendo, por fim, considerado um problema de saúde pública que ocupa uma considerável posição nas principais causas de morte no mundo.

A morte violenta, é um ato extremo da escolha humana. “Só existe um problema filosófico realmente sério: o suicídio. Julgar se a vida vale ou não vale a pena ser vivida é responder este quesito fundamental da filosofia” (CAMUS, 1942, p. 19). A questão filosófica formulada para o presente estudo está centrada na necessidade de evidenciar as relações morais do suicídio, se este pode ou não ser justificado de acordo com a obra de David Hume, *Tratado da natureza humana*, principal e importante produção deste filósofo. Nesse sentido, definiu-se, então, como a seguinte questão de pesquisa: O suicídio é um ato moralmente justificável?

Assim, o objetivo principal desta dissertação é refletir se o suicídio na teoria de David Hume é um ato moralmente justificável. Além deste, definiram-se como objetivos específicos descrever o suicídio na perspectiva das áreas da saúde, sociologia e filosofia e compreender o método experimental de raciocínio para assuntos morais de David Hume, considerando o empirismo, a causalidade e as experiências singulares para critério social, político e pessoal do suicídio, a partir da principal obra do autor, *Tratado da natureza humana* (1740).

A justificativa da escolha está, portanto, no argumento de que, ao compreender o suicídio como um fenômeno, é possível perceber uma relação de causalidade que, conforme explanada por David Hume, tem foco na predição de causa, efeito que produz o comportamento suicida.

A metodologia de pesquisa utilizada será o apoio teórico dos autores que dissertam sobre a problemática do suicídio e este servirá como base para análise de diferentes posicionamentos enquanto conduta humana. No primeiro momento, consta uma abordagem histórica e filosófica acerca do suicídio, suas incidências e considerações. Na sequência, apresenta-se uma contextualização sobre o assunto de acordo com a visão das áreas da saúde, sociologia e filosofia. Para tanto, no segundo momento, faz-se necessário o entendimento da filosofia de David Hume, o ceticismo, o empirismo, a causalidade, as experiências singulares e a moralidade. No terceiro e último momento, destacam-se as ideias de David Hume, aplicadas à justificabilidade moral do suicídio, bem como o uso da razão e a sensibilidade para comprovar sua verdade. Para isso, pretende-se analisar a fundamentação teórica da moral e a possibilidade de expor o seu método empírico e a sua compreensão no contexto filosófico. Nesse sentido, a presente dissertação tem a pretensão de

analisar um problema filosófico verdadeiramente sério: o suicídio e a justificabilidade moral.

Cabe ressaltar, aqui, que a intenção neste trabalho não é avaliar as motivações psicológicas, emoções individuais que levam o indivíduo ao suicídio, tampouco pesquisar as condições sociais que possam estar na gênese dos suicídios particulares. Dessa forma, analisar a possibilidade de justificação moral desse ato.

Como hipóteses para tentar responder a questão filosófica citada, busca-se a possibilidade de que exista uma relação iminente e necessária entre a escolha e a decisão deliberadamente pelo comportamento suicida. Outra hipótese levantada visa compreender a justificabilidade moral como forma humana de conduzir os sentimentos e as ações. Em outras palavras esclarecer como o indivíduo atua moralmente na sociedade sem desconsiderar a existência das patologias psíquicas no fenômeno do suicídio. Assim, ao contemplar o questionamento central, busca-se em David Hume a compreensão de como a moralidade influencia ações e afetos, paixões, produzindo ou impedindo atos, no caso do presente estudo, o suicídio. (HUME, 2001 p. 497).

Para finalizar esta introdução, salienta-se novamente a importância de ampliar o conhecimento sobre a temática, identificando suas relações com a moralidade.

No capítulo que segue a contextualização do suicídio analisa os pontos principais e dados estatísticos que dizem respeito ao suicídio no contexto mundial. No entanto o suicídio é considerado uma tragédia que causa grande sofrimento, aqueles que convivem e se relacionam com o indivíduo. O ato representa a tentativa de resolver problemas ou uma crise que está causando intenso sofrimento. Como consequência o indivíduo passa a apresentar um comportamento suicida. A busca pela fuga, um sentimento de desesperança, os conflitos, o desamparo as tentativas e o vazio existencial.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO ACERCA DO SUICÍDIO

O suicídio, ainda que ocorra com grande frequência na sociedade atual é um tema extenso de estudos e pesquisas no Brasil. Para fundamentar o problema do comportamento violento e autodestrutivo do ser humano, convergem várias áreas do saber, para a presente pesquisa segue a psiquiatria, sociologia e a filosofia. A morte que pode-se chamar de suicídio é a morte em que a pessoa voluntária e conscientemente executou tal ato ou adotou uma conduta com a intenção de dar fim à própria vida. (CASSORLA, 2004, p. 15).

No entanto, o suicídio é considerado uma tragédia que causa grande sofrimento aqueles que convivem e se relacionam com o sujeito que cometeu tal ato. As situações geradoras desse ato carregam consigo muitas semelhanças, e reconhece-se que existem associações a fatores de impossibilidade de lidar com os próprios problemas. (WERLANG; BOTEGA, 2003, p. 22).

O ato representa a tentativa de resolver problemas ou uma crise que está causando intenso sofrimento associado a necessidades não obtidas, a busca pela fuga, os sentimentos de desesperança, os conflitos, o desamparo ou estresse insuportável. Além disso, há atitudes suicidas com intenção de morte, que não chega o óbito, ou seja, tentativas de suicídios ou atos intencionais de autoagressão. A morte como consequência de suicídio é vista como um tabu e, em função disso, há uma tentativa de ignorar sua existência nas relações sociais. Sendo assim, é complexo, mas necessário refletir e discutir sobre a morte. O medo pela finitude está presente praticamente em todos os indivíduos e a morte representa basicamente um poder sobre o qual não se tem absolutamente nenhum controle. Os povos primitivos também vivenciaram o medo dos mortos, ou seja, esse medo dos mortos sempre existiu, acreditavam que estes pudessem voltar para assombrar os vivos, especialmente quando a morte era em consequência de suicídio. Para protegerem-se desses mortos, os povos elaboravam rituais complexos em forma de tabus. (BOTEGA, 2015, p. 59). Os indivíduos eram levados à morte pelo suicídio em consequência, principalmente, da idade avançada, de perdas afetivas, da fuga da escravidão, vingança e desonra. Para as comunidades nômades, era natural ocorrer como um ritual a morte de idosos pelo suicídio, pois se acreditava que o indivíduo idoso deveria morrer por meio de um ato de honra e altruísmo e não se tornar um fardo para seu povo (BOTEGA, 2015, p. 63).

O suicídio, gesto extremo de encerrar a própria existência, visto e experienciado pelos gregos e distinguiam os diferentes modos de suicídio, levando em conta os meios e os motivos do gesto. O ato de morrer voluntariamente (*hekousios apothēisko*), modo mais comum de suicídio, era caracterizado por uma postura ativa no sentido de autoaniquilação, como ingerir cicuta, apunhalar-se, enforcar-se. Colocavam-se também em situações óbvias, que resultaria na morte.

Diante disso, os filósofos, legistas, médicos e sociólogos tentaram chegar a uma definição que fosse objetiva e clara, intenção que perdura na atualidade, gerando um debate tão amplo quanto o tema. O termo utilizado atualmente, suicídio, vem a ser um latinismo, ou seja, locução própria do latim, utilizada a partir do século XVII, derivado das palavras *sui* (si mesmo) e *cidium* do verbo *caedere*, que significa matar, embora o termo suicida já apareça em escritos monásticos do século XII. (BROWN, 2001, p. 32). Conforme a história e relatos o suicídio foi considerado tabu em praticamente todas as épocas e lugares, variando seu impacto social de acordo com o contexto cultural e demonstrando uma relação com a moralidade.

A medicina apresentou sua contribuição na origem da palavra “suicídio” na obra do médico inglês Thomas Browne (1605-1682), *Religio Medici* (1643), publicada em Londres. Até então, na Europa e em suas zonas de influência cultural o fato de uma pessoa causar intencionalmente a própria morte era designado – em latim, que era o idioma culto universal da época – como *felo de si*, ou seja, “criminoso de si”. (BERTOLOTE, 2013, p. 68).

No entanto, o filósofo Puente (2008) considera que o termo não deriva do latim clássico. Para ele, nem no grego e nem no latim pode-se encontrar algum termo para designar o ato de tirar a própria vida, mas, em todos os aspectos, o termo “suicídio” tem uma conotação bastante negativa devido ao seu estreito parentesco semântico com o termo “homicídio”.

Cassorla (1991) expande o conceito de suicídio ao defini-lo como “morte de si mesmo” e incluir as condutas de risco que podem levar a essa forma de morrer. A palavra suicídio incluiria, assim, vários significados e serviria para designar aspectos relacionados à motivação, à intencionalidade e à letalidade. O autor comenta ainda que a intenção se refere à intensidade do desejo da pessoa em terminar com a própria vida. A consequência do ato, em termos de gravidade médica, então, indicaria letalidade. Segundo essa interpretação, não aderir ao tratamento médico, fumar, dirigir sob efeito de álcool ou drogas, por exemplo, seriam formas de suicídio.

Cabe lembrar que o suicídio também é visto como “todo caso de morte que resulta direta ou indiretamente de um ato, positivo ou negativo, realizado pela própria vítima e que ela sabia que produziria esse resultado”. (DURKHEIM, 2000, p. 14). Tal definição dá uma ideia do lugar que os suicídios ocupam no conjunto da vida moral. Mostra que eles são apenas a forma exagerada de práticas usuais. Há suicídio quando o autor sabe com certeza no que resultará o ato que está por cometer. O problema reside na determinação desta certeza, a qual pode ser mais forte ou menos forte (DURKHEIM, 2000).

Historicamente, a aceitação do suicídio, tanto como algo racional como irracional (virtuoso versus danoso), reflete a natureza prevalecente em uma cultura. Para os romanos o suicídio possuía uma visão neutra e até mesmo, positiva. Eram numerosos os suicídios nos tempos de decadência, esgotados pela corrupção e pelo excesso de prazeres, acabavam buscando na morte remédio ao *toedium vitae* que lhes envenenava os dias. Culminavam no suicídio quando “terminados os prazeres e a volúpia, não mais tinha finalidades o viver”. (TEIXEIRA, 1947, p. 26).

Na Grécia, apesar de haver uma grande diversidade de opiniões acerca do suicídio, este era comumente tolerado, desde que seguisse determinados critérios políticos e éticos, que variavam conforme o local e a época. Esse aspecto do suicídio como fenômeno social em geral, é mencionado por Durkheim;

Aquele que não deseja mais viver deverá declarar suas razões ao Senado e após ter recebido permissão, poderá abandonar a vida. Se tua existência te é insuportável, morre; se o destino te oprime, bebe a cicuta. Se estás esmagado pela dor, abandona a vida. Que os infelizes narrem os seus infortúnios e que o magistrado lhes ofereça o remédio para que sua aflição chegue ao fim. (DURKHEIM, 2000, p. 427).

Houve um período em que os gregos tinham abominação por tal ato, já que o comparavam com atitudes extremas do assassinato de familiares, algo que os incomodava muito. Posteriormente, os gregos começaram a ter pelo suicídio extrema tolerância, inclusive em algumas cidades (entre elas, Atenas, Marselha e Cea – onde se desenvolveu a cicuta), mantinham uma reserva de veneno para aqueles com bons argumentos perante o Senado e obtivessem permissão oficial para se suicidar.

Na Antiguidade, conforme Kalina e Kovadloff (1983), os sistemas religiosos de diversos povos ocidentais partilhavam um caráter comum: o fato de designarem a existência como uma morada repleta de delícias aos idosos suicidas. Para esses

povos, era extremamente penoso ter que suportar as limitações da velhice. Além disso, o idoso não tinha o mesmo papel comunitário que desempenhava anteriormente. Também era comum a preconização da ideia de que uma morte violenta, preferivelmente em batalha, ou por meio do suicídio, garantiria um lugar especial no pós-morte. Essas culturas valorizavam a morte violenta como forma de manter ardente, entre os membros da sociedade, o espírito guerreiro.

Baseados em fatos que indicam a existência, nessas culturas, de uma indução comunitária para a morte de si mesmo: “[...] legitimamente estimulada e normativamente legitimada”. (KALINA; KOVADLOFF, 1993, p. 30). A transgressão consiste em se deixar viver, não em se dar a morte, ou seja, o suicídio, nessas culturas, torna-se um dever. A indução comunitária ao suicídio era extremamente poderosa, e desatendê-la significava colocar-se em uma posição marginalizada (ALVAREZ, 1999). “Tanto nas sociedades chamadas bárbaras pelos gregos, como na egípcia e na hindu, a indução franca ao suicídio por parte da comunidade tinha um sentido cultural legítimo e benfeitor”. (KALINA; KOVADLOFF, 1983, p. 51).

A tradição judaico-cristã sempre sustentou que a vida deve ser preservada, tirar uma vida é estritamente proibido, uma vez que essa é um presente de Deus, e somente Ele a pode rescindir. Santo Agostinho e, posteriormente, São Tomás de Aquino, sugeriram que o suicídio é uma forma de assassinato. O suicídio contradiz a lei natural de que a vida, somente Deus, pode dar e tirar. (ROSEN, 1971; TALBOTT; HALES; YUDOFKY, 1992).

No Cristianismo, o suicídio sempre foi condenado. Segundo a visão cristã, a vida pertence a Deus. Assim, o quinto mandamento afirma: “Não matarás”. Pressupõe, também, “não matarás a ti próprio” (KALINA; KOVADLOFF, 1983, p. 285). A Igreja Católica, no início do século XVII, condenou o suicídio de modo irrestrito. (PUENTE, 2008, p. 32).

A contribuição para a medicina no século XVII, mais precisamente em 1621, surge à obra do inglês e Médico Richard Burton, *Anatomy and Melancholy*. A importância desta reside na ruptura entre a ideia medieval da causa da morte auto infligida e a ideia da melancolia como fator responsável por esse tipo de morte. Passa do contexto religioso, em que a morte de si é vista como pecado abominável, a outro universo cultural, em que ela passa a ser vista, principalmente, como um distúrbio de fundo somático. Nesse período, surge o despertar da formação científica e a teoria da loucura, a influência do organicismo e da doutrina científica sobre as

faculdades da alma e da mente. As doenças mentais começam a ser tratadas não mais como “possessões”. Deve-se compreender, nesse contexto, a influência de Burton para a literatura médica dos séculos XVII e XVIII, no sentido crescente de reivindicar uma descriminalização da morte voluntária. Para médico Richard Burton, o termo “suicídio”, com seu parentesco léxico com *homici*, nas diversas línguas europeias, designa a morte chamada apenas livre, violenta ou voluntária pelos antigos.

Com o passar do tempo, Esquirol, em 1827, passa a considerar o fenômeno do suicídio e, com isso, vai adquirindo uma conotação de problema psiquiátrico. O suicídio é a morte intencional autoinfligida, estudada por pesquisadores durante os anos de 1950, como Edwin Schneidman e Normam Farberow, ambos muito influentes no modelo médico durante a maior parte do século XX. Esse modelo compreende o suicídio como uma doença. O suicídio é visto como “O ato consciente de aniquilação autoinduzida, melhor entendido como uma enfermidade multidimensional em um indivíduo carente que define uma questão para a qual o ato é percebido como melhor solução”. (SCHNEIDMAN; FARBEROW, 1950). Somente na década de 70, o suicídio passou a ser compreendido com uma abordagem biológica (BERTOLOTE, 2006, p. 120). Com a contribuição das características socioculturais expostas e representados com grandes estímulos nas ações do indivíduo, no comportamento suicida, encontra-se o paradoxo de preservar e valorizar a vida e as questões da finitude, constituída no movimento histórico observado ao longo das décadas.

Para finalizar o argumento histórico-filosófico, cabe mencionar que importantes discussões sobre o suicídio se encontram nos escritos de filósofos como Voltaire e Diderot, mas o texto filosófico mais importante do século XVIII, sem dúvida, é o *Tratado da natureza humana*, de David Hume, publicado em 1770, na França, em 1777, na Inglaterra, um ano após a morte do autor.

Esta abordagem histórico-filosófica é o que também sustenta unido ao apoio teórico a hipótese que o suicídio permaneceu ao longo da história e na cultura dos povos. A questão é que o suicídio permanece neste contexto histórico-filosófico como um tema pertinente e atual no entanto na perspectiva dos “assuntos morais” promove ações e discussões e diverge posicionamentos. O suicídio sempre existiu na sociedade aceito como uma opção, um tipo de morte, uma escolha. No entanto, a história do suicídio entre povos e culturas diferentes, possibilitou a observação dos

mitos e tabus da época e na sociedade contemporânea evidenciado essas questões aos dados estatísticos. A seguir o leitor poderá compreender a incidência e a tendência de crescimento mundial através dos números e casos de suicídio.

2.1 INCIDÊNCIA DO SUICÍDIO

Segundo os dados epidemiológicos mundiais, a tendência de crescimento no número de suicídios vem sendo verificada há alguns anos. A mortalidade por suicídio persiste e desafia pesquisadores de diversas áreas do conhecimento.

Para Barros e Werlang (2004), decifrar o padrão epidemiológico e dele derivar observações e reflexões que permitam avançar o conhecimento sobre os desencadeantes pessoais, os contextos sociais e culturas que favorecem a configuração de comportamento suicida é tarefa para um longo período. Segundo os autores, dados estatísticos do ano de 2000 mostram que, no mundo, 815.000 pessoas cometeram suicídio. Esses dados significam que são 14,5 mortes por 100.000 habitantes (uma morte a cada 40 segundos), e os países do leste europeu são os recordistas em média de suicídios por 100.000 habitantes.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) mostra que o suicídio vem aumentando nas últimas décadas e estima que até 2020 cerca de 1,53 milhões de pessoas morrerão dessa forma por ano, o que significa um caso de suicídio a cada 20 segundos. (OMS, 2004).

Entre 1955 e o ano 2000, o índice global de suicídio aumentou em 60%. Atualmente, ele ocupa a segunda causa de morte entre pessoas com idade de 15 a 44 anos. No ano 2000 ocorreram 83 casos e no ano 2012, ocorreram 117 casos de meninos e meninas entre 10 a 14 anos se suicidaram no Brasil. Contudo os números provocam questionamentos importantes sendo a segunda causa de morte entre os adolescentes. E a pergunta o que leva os jovens adolescentes a se matarem? O suicídio como causa de mortes encontra-se também entre os estudantes universitários e 10% das mortes em pessoas na idade entre 25 e 34 anos. No entanto, mais de 60% das pessoas que se suicidam têm mais de 40 anos, e a frequência aumenta nos maiores de 60 anos, sobretudo nos homens. As taxas de suicídio são maiores nas áreas urbanas do que nas rurais (OMS, 2006). Apesar da deficiência que existe na forma de como alguns países notificam o suicídio, essas taxas podem ser ainda maiores. As taxas de suicídio são significativamente maiores

no sexo masculino, sendo até três vezes mais altas do que no sexo feminino, segundo O Relatório de Pesquisa Cartografias Sociais dos Crimes e das Violências. (SANTOS, 2009).

Os homens morrem mais de suicídio que as mulheres, possivelmente porque recorrem a métodos mais violentos e letais. (BERTOLOTE, 2006). Por outro lado, as mulheres tentam se matar três vezes mais que os homens, usando métodos menos violentos. (BERTOLOTE, 2006; GUNNELL, 2002; MENEGHEL, 2004; SHAFFER; PFEFFER, 2001). Um aspecto que não pode ser desconsiderado é o fato de que, por trás de cada suicídio, existem entre 10 a 20 tentativas. O suicídio é a causa de 30% das mortes entre os estudantes universitários e 10% das mortes em pessoas entre 25 e 34 anos. É a segunda causa de morte entre os adolescentes. No entanto, mais de 60% das pessoas que se suicidam têm mais de 40 anos, e a frequência aumenta nos maiores de 60 anos, sobretudo nos homens. As taxas de suicídio são maiores nas áreas urbanas do que nas rurais (OMS, 2006).

As estatísticas globais são monitoradas anualmente pela OMS desde sua criação, em 1948, mas como a entidade depende do envio dos dados por parte dos países, nem sempre a atualização é ideal, porém esta realidade vem melhorando ao longo dos anos. Em 1950, apenas 21 países relataram seus números, chegando a 105 em 1995; e, em 2007, houve o relato de 101 países. Para tais informações, as estatísticas de suicídio se baseiam em certidões de óbitos e nas pesquisas judiciais.

Os casos de mortes por suicídio fornecidos pela OMS são alarmantes e revelam que aproximadamente um milhão de pessoas cometem suicídio anualmente no planeta, e entre 10 a 20 milhões o tentam. O relatório da OMS adverte que muitos países ainda não fornecem dados fidedignos – o que poderia elevá-los até 20 vezes. Ressalta-se que o número de mortes por suicídio é maior que o de mortes por homicídio ou nos conflitos armados em todo o planeta.

Na década de 1990, quando a taxa de suicídios aumentava em todos os países do mundo, a OMS, lançou um programa de prevenção, e com isso, foi observado que, em países onde foram feitas campanhas de esclarecimento, houve uma redução no número de suicidas. No Brasil, desde o ano de 2004, a OMS colocou o suicídio como um dos problemas prioritários da área de Saúde Mental. E vem investindo em esforços na sua prevenção. No mesmo ano, a prefeitura da cidade de São Paulo, por meio da área temática de Saúde Mental, desenvolveu o “Plano de Prevenção ao Comportamento Suicida” em parceria com o Conselho

Regional de Psicologia do Estado de São Paulo (CRP-SP) clínicas, universidades e o Ministério da Saúde (MS), com a possibilidade de expansão do projeto por todas as regiões do Brasil.

Atualmente, o suicídio é uma das principais causas de morte em homens jovens nos países desenvolvidos e emergentes, sendo que, no Brasil, esse número é de 26 casos por dia. Destaca-se que a taxa de suicídio entre adolescentes e jovens aumentou pelo menos 30% nos últimos 25 anos. O crescimento é maior do que o da média da população. (BERTOLOTE, 2013).

A curva ascendente vai contra a tendência observada em países da Europa ocidental, nos Estados Unidos, na China e na Austrália. Nesses lugares, o número de jovens suicidas vem caindo, ao contrário do que acontece no Brasil, ainda que, no ranking mundial, o Brasil não esteja entre os primeiros da lista. (OMS, 2016).

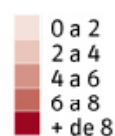
Vale lembrar que os números que atestam o suicídio no Brasil ainda inspiram pouca confiança, tanto pelo tabu quanto pelo preconceito que envolve o ato. Assim, as famílias procuram omitir a verdadeira razão da morte, e não consta no atestado de óbito. (OMS, 2016).

Na figura a seguir, constam as taxas de suicídio no Brasil. O Rio Grande do Sul assume destaque conforme os indicadores.

Figura 1 – Taxas de suicídio por 100 mil pessoas, no Brasil (1997-2011)

O PROBLEMA EM NÚMEROS**NO BRASIL**

Taxas de suicídio por 100 mil pessoas, por ano

**26**

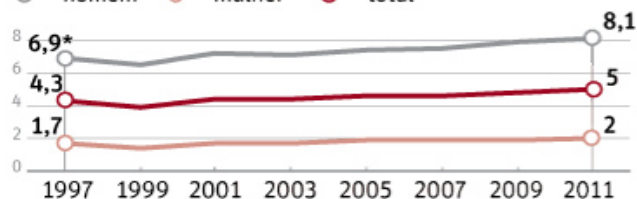
suicídios acontecem por dia no Brasil

30%

foi o aumento no número de suicídio no Brasil nos últimos 25 anos

Crescimento no Brasil

○ homem ○ mulher ○ total



Fonte: Datasus (2013); OMS (2013).

Apesar de o Rio Grande do Sul figurar entre os melhores estados do país em indicadores sociais, o estado é recordista em taxas de suicídio, alcançando índices que atingem o dobro da média nacional. Uma orientação do Estado é que os órgãos de saúde tentem quebrar o silêncio sobre um tema sempre delicado e ampliar o atendimento aos pacientes considerados em situação de risco.

Entre 2007 e 2010, o estado teve 10,2 mortes por suicídio a cada 100 mil habitantes, o que é considerado um índice elevado para esse tipo de morte. Outro dado importante fornecido pelo Ministério da Saúde aponta que, no período de 2007 a 2011, nove das 20 cidades acima de 50 mil habitantes que proporcionalmente tiveram mais casos estão no Rio Grande do Sul. O epicentro do fenômeno no estado está no vale do Rio Pardo, região conhecida como um polo mundial da produção de fumo. E os municípios proporcionalmente mais ricos do estado no caso Venâncio Aires, teve 79 casos de suicídio registrados em cinco anos (o equivalente a 23,1

casos para cada 100 mil habitantes). Nessa cidade, com menos de 70 mil habitantes, a 127 km de Porto Alegre, o tema é um tabu. A explicação comum é a forte influência da cultura alemã e seus padrões de autoexigência. O médico psiquiatra que dissertou as taxas de suicídio no Rio Grande do Sul, Dr. Ricardo Nogueira (2013, p. 32). Relata que os “múltiplos fatores” no fenômeno encontra-se a questão da “honra” na tradição gaúcha como uma das causas. É a questão da dignidade, de não poder ser traído. Quanto ao contexto do suicídio e sua compreensão, cabe lembrar que são influenciados por inúmeros fatores. No entanto existe uma preocupação, sobretudo com aqueles que estão mais expostos ao suicídio: as pessoas idosas, aquelas que vivem na solidão, os etilistas, aquelas que não têm relações ou mantêm más relações com seus próximos, e, acima de tudo, os indivíduos que já tentaram se suicidar. (CANTO-SPERBER, 2003, p. 249).

A OMS (2013) mostra que o aumento do suicídio nas quatro décadas, cresceu significativamente em todos os países, envolvendo todas as faixas etárias e vários contextos socioeconômicos. Conforme a OMS, o suicídio está entre as principais causas de morte. Além disso, há registros de suicídios a partir dos cinco anos de idade, o que é altamente impactante, pois pensar que a criança em crescimento cognitivo e emocional possa buscar intencionalmente uma alternativa para o seu sofrimento tirando a sua própria vida. As taxas de suicídio entre os jovens estão aumentando numa agilidade significativa. O suicídio na adolescência relaciona-se ao desejo consciente de morrer e a noção clara do que o ato executado pode gerar. O comportamento suicida pode ser dividido em três categorias: ideação suicida (pensamentos, ideias, planejamento e desejo de se matar), tentativa de suicídio e suicídio consumado. (WERLANG, 2004). Para a mesma autora, a ideação suicida é importante fator de risco para o suicídio, é considerado o primeiro passo para a sua decisão. Sendo assim, a autora afirma que a decisão de cometer o suicídio não ocorre de maneira rápida, pois o indivíduo que comete o suicídio anteriormente manifestou sinais com relação à ideia de morte. Conforme a literatura existe uma grande probabilidade de, após uma primeira tentativa de suicídio, outras virem. Portanto, a trajetória estabelecida entre a ideação suicida, tentativas e concretização da morte pode oferecer um tempo hábil para intervenção. (KRUGER; BOTEGA; WERLANG, 2015).

O suicídio atualmente encontra-se entre a terceira mais frequente causa de morte no Brasil na população jovem, perdendo apenas para os acidentes de trânsito.

A redução dessa conduta tornou-se um objetivo internacional e essencial em saúde mental. Assim, pode-se dizer que o comportamento suicida é uma tragédia familiar, que configura um grave problema de saúde pública.

O número de mortes anteriormente citadas por suicídio reflete uma porção limitada dos efeitos do ato suicida na sociedade. Essas estatísticas mostram e sinalizam efeitos trágicos na vida daqueles com proximidades às vítimas do suicídio. Atualmente chamados de “sobreviventes”, amigos e familiares, novamente se questionam: “O que poderíamos ter feito para prevenir isso?” “E os sinais como não percebemos?” Os profissionais da área da saúde e na perspectiva multidisciplinar que tratam esses indivíduos, também se questionam.

No próximo capítulo tais questões serão discutidas, incluindo meios de detectar indivíduos em risco de suicídio, meios de prevenção na assistência ao comportamento suicida as possibilidades terapêutica e medicamentosa. Compreender o comportamento suicida, as patologias e o sofrimento psíquico. As repercussões nesse contexto e a necessidade de interagir com a equipe multidisciplinar, diagnósticos com abordagens baseadas em evidências científicas e com o processo saúde e doença.

3 COMPREENDENDO O SUICÍDIO NA PERSPECTIVA MULTIDISCIPLINAR

A história da saúde e da medicina é a história do homem na sua totalidade bio-psico-social. Como demonstra o contexto histórico o objeto de estudo da medicina foi à preocupação com a doença. E assim, conservar, manter e recuperar a saúde física e mental da população. Curar o mal, atenuar o sofrimento, evitar a morte, libertar-se das doenças e do sofrimento seria uma experiência necessária? No entanto a doença, os acidentes e a morte voluntária, como o suicídio sempre acompanharam a natureza humana. Essa passagem demonstra a necessidade de manter cuidados, observações centradas na pessoa, os efeitos particulares e em diferentes ocasiões que possam abalar o estado físico e mental.

Assim, o homem terá como mérito pessoal a condições de saúde para uma vida plena. Hume afirma (2009, p. 24) “que há um defeito comum a todas as ciências e artes, pois nenhuma delas pode ir além da experiência. Para o autor o homem deve ser analisado em sua vida cotidiana e proceder, de acordo com nossos experimentos mediante a observação cuidadosa da vida humana, no comportamento dos homens em sociedade, em suas ocupações em seus prazeres”, e se esses experimentos forem criteriosos. A partir desses critérios o ser humano pode estabelecer com base neles uma ciência superior em utilidades e a compreensão humana.

Dessa forma pretende-se analisar o suicídio na perspectiva multidisciplinar áreas que convergem com a proposta da dissertação, na saúde, na medicina, na sociologia e filosofia. Com isso, compreender a natureza humana e o comportamento do ser humano nas distintas perspectivas. No ponto de vista filosófico, o suicídio nunca deixou de existir, ao ponto de provocar questionamentos sobre o seu sentido e a justificabilidade moral.

3.1 AS PERSPECTIVAS SOBRE O SUICÍDIO NA ÁREA DA SAÚDE

O suicídio pode significar inúmeras ocorrências para diferentes pessoas, já que está presente em diferentes culturas e é um fenômeno que se apresenta em todos os períodos da história humana. Nesse sentido, pode-se considerar que o suicídio é atualmente um problema de saúde pública e, que está relacionado a dados epidemiológicos de acordo com a Organização Mundial de Saúde:

Saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a mera ausência de doença e enfermidade. A saúde mental é parte integrante da saúde que é fortemente determinada por uma série de fatores socioeconômicos, biológicos, influência genética e ambientais. (OMS, 2016).

Nesse contexto, é pertinente e atual o desafio de manter a qualidade de vida dos indivíduos em todas as faixas etárias e também prevenir e controlar as doenças clínicas, além das mobilidades neurodegenerativas e neuropsiquiátricas. No que se refere à saúde mental, vale mencionar que esta não é somente a ausência de um transtorno mental patológico. É necessário destacar que a saúde mental e o bem-estar são considerados elementos fundamentais para que os indivíduos possam produzir, emocionar-se, relacionar-se e socializar-se saudavelmente. Assim, a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2016) destaca que a promoção, a proteção e restauração da saúde mental deve representar uma preocupação vital dos indivíduos, comunidades e sociedades em todo mundo. No entanto são necessários esforços governamentais para programar e desenvolver políticas de saúde mental para que os indivíduos se sintam protegidos e suas necessidades sejam atendidas no que se refere à promoção da saúde mental e na prevenção dos transtornos mentais.

Pela Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-10), os transtornos mentais são considerados e classificados como doença com manifestação psicológica associada a algum comprometimento funcional resultante de disfunção biológica, social, psicológica, genética, física ou química. Além disso, os transtornos mentais podem ser classificados como alterações no modo de pensar e os transtornos de humor associadas à angústia expressiva, produzindo prejuízos no desempenho do indivíduo no âmbito pessoal, social, ocupacional e familiar. (KAPLAN; SADOCK; GREBB, 1997).

Conforme o *Manual Diagnóstico e Estatístico de transtornos mentais* (DSM-IV), é necessário fazer uma avaliação do transtorno mental na consulta clínica. O médico deve realizar uma avaliação criteriosa, ponderando os dados disponíveis, ele julga pelos sintomas psiquiátricos e, após realiza o diagnóstico, que pode ser, entre outros, depressão ou transtornos do humor.

O paciente frequentemente apresenta sinais e sintomas a respeito desse sofrimento, por exemplo, a perda da autonomia, os problemas em relacionamentos

interpessoais, irritabilidade, o excessivo consumismo, elevado nível de estresse, a angústia, dificuldades financeiras, a violência urbana e o trânsito, que levam ao intenso sofrimento humano. Além dos transtornos mentais, dentro de uma categoria também aparecem diagnósticos para transtornos psiquiátricos induzidos por substâncias (intoxicações) ou relacionadas à abstinência. O paciente pode apresentar nesse momento algum indício de tentativa de suicídio. Outro aspecto importante observado nesse momento e até mesmo diagnosticado é o transtorno psicótico, do humor, de ansiedade e do sono.

Os sintomas psiquiátricos não psicóticos que são utilizados para o diagnóstico do transtorno mental comum incluem a ocorrência de fadiga, insônia, irritabilidade, dificuldade de concentração e queixas somáticas. Em determinadas situações, os pacientes apresentam problemas agudos de ansiedade e depressão, com sintomas menos graves, associados a situações estressantes da vida, com predomínio de sintomas somáticos em relação aos sintomas psicológicos.

Segundo a OMS, 2010 os transtornos mentais passaram a ser reconhecidos como um problema de saúde pública na década de 90 a partir de estudos publicados por pesquisadores da Universidade de Harvard (EUA).

Para a psiquiatria, o suicídio deve ser considerado como uma emergência médica, sendo a forma de morte mais previsível. O debate atual sobre este na sua etiologia com o foco sobre a biologia e o aspecto psicossocial da pessoa. Geralmente, a morte é um *continuum* aceito da vida, ocorrendo naturalmente, a partir de uma combinação de forças que estão, em grande parte, fora do controle do indivíduo. Espera-se pela morte em algum tempo futuro e imprevisível. O encerramento da vida confunde-se com esse princípio. Apesar dos argumentos em favor do ato suicida como decisão racional, para a psiquiatria, 98% das vítimas de suicídio sofre de alguma doença ativa, a maioria de natureza psiquiátrica, na época de suas mortes. Para a vítima, como consequência de seu próprio estado mental prejudicado, a incapacidade do indivíduo para prosseguir por meio de um processo de pensamento lógico até a decisão final de suicídio está restrita. Portanto, apresenta problemas na suposta racionalidade desta decisão. (TALBOTT; HALES STUART, 1992).

No entanto, para os autores relacionados o suicídio não é um ato aleatório ou sem finalidade. Pelo contrário, trata-se da fuga de um problema ou crise que está causando, invariavelmente, intenso sofrimento associado a necessidades frustradas

ou não satisfeitas, sentimentos de desesperança e desamparo, conflitos ambivalentes entre a sobrevivência e um estresse insuportável, um estreitamento das opções percebidas e uma necessidade de fuga; a pessoa suicida emite sinais de angústia. (KAPLAN; SADOK; GREBB, 1997).

Os transtornos mentais considerados de risco são, entre outros, a esquizofrenia e o transtorno bipolar, bem como o abuso de álcool e drogas e suas comorbidades. A potencial vítima de suicídio poderá ser identificada precocemente, em situações de risco, a maioria informa por meio de relatos, de atitudes e sentimentos sobre suas intenções suicidas. Para os autores, há a representação da potencial vítima pelo apelo por socorro que a vítima lança para modificar o seu ambiente social. Nesse contexto, é evidenciado o gesto suicida, no qual o indivíduo utiliza uma ou várias ameaças ou tentativas de suicídio, visando encontrar um tipo de relação com o mundo, que é aqui clinicamente essencial; o suicídio resulta, então, de uma tentativa (frequentemente não intencional) fatal (KAPLAN; SADOK; GREBB, 1997). Se o apelo por socorro tem um caráter manipulador, ele também é muito eficaz para mobilizar a família, a comunidade ou os recursos médicos que podem ajudar a modificar, pelo menos temporariamente, as circunstâncias da vida da pessoa. Este é um comportamento suicida bastante usual junto aos adolescentes. (KAPLAN; SADOK; GREBB, 1997).

Para Cassorla, Werlang e Botega (2004), quando se trata de comportamento suicida, modelos o primeiro grau de intencionalidade seria o “falar em suicídio”, que se trataria de algo em estado potencial ainda no plano verbal; segundo momento; a ideia ou pensamento suicida em que o ato existe virtualmente; terceiro momento a ameaça suicida, em que o indivíduo anuncia o seu ato; quarto momento o gesto suicida (atos em que o propósito manipulativo e comunicativo parece proeminente e a intencionalidade suicida parece praticamente inexistente); e o quinto a tentativa de suicídio; a tentativa de suicídio deliberada. Conforme os psiquiatras, o suicídio é uma doença geralmente mental, com frequência associada à alteração dos estados neurobioquímicos. O suicídio é considerado como involuntário e não deliberativo resultante de fatores sobre os quais o indivíduo não tem nenhum controle: é algo que acontece à vítima, entre outras está a depressão, a doença mental ou a alteração nos estados neurobioquímicos são causadoras desse ato.

Desse modo, para a psiquiatria, o ato do suicídio também é considerado um fenômeno multidimensional, ocorrendo de forma concomitante a diversas situações,

como sofrimentos psicológicos e doenças psiquiátricas, especialmente a depressão. O psiquiatra precisa tomar decisões categóricas, se inicia o tratamento, o tipo de tratamento mais adequado, a necessidade de internação e licença médica com base em dados clínicos. A depressão é diagnosticada pelo psiquiatra a partir da presença de determinados sintomas que se manifestam com certa duração, frequência e intensidade e que estão expostos no manual de psiquiatria atualmente utilizado (DSM-IV), que reserva um item dentro da nosografia: “Transtornos do humor” e na CID-10, com o título “Transtornos afetivos” para designar o que chamamos de “depressão” (DSM-IV-TR, 2002).

O diagnóstico de transtorno depressivo maior ocorre quando o paciente já apresentou pelo menos um episódio depressivo maior. Para caracterizar um episódio depressivo maior, cinco dos sintomas, pelo menos, devem estar presentes no período de duas semanas. O humor deprimido apresenta sintomas na maior parte do dia ou perda do interesse ou prazer. (KAPLAN; SADOK; GREBB, 2002). O paciente apresenta manifestações de determinados fenômenos, como alterações no apetite, no sono, agitação ou retardo psicomotor, capacidade diminuída de pensar, interesse ou prazer diminuído por quase todas as atividades na maior parte do dia, culpa excessiva, fadiga, pensamentos de morte, ideação suicida, tentativa de suicídio, entre outros.

Quando se trata de transtorno mental, predominam a multicausalidade, fatores biológicos, doenças físicas, alterações afetivas prévias, outras doenças emocionais, eventos estressores, perdas, uso de medicamentos e álcool e outras substâncias. Além disso, a biologia tenta buscar a origem da depressão tanto no paciente quanto nos ascendentes biológicos, ou seja, na fisiopatologia e na genética. A depressão pode surgir como variações nas respostas dos circuitos neurais e refletir alterações na estrutura, na localização ou nos níveis de proteínas críticas para a função psíquica normal. (KAPLAN; SADOK; GREBB, 2002).

Para o diagnóstico de depressão maior os pesquisadores da área da saúde sugerem uma vulnerabilidade genética. As alterações na quantidade de algumas substâncias no cérebro, os “neurotransmissores”, que atuam como mensageiros e ajudam a controlar nossas emoções. Os transtornos mentais, conforme a literatura pode ocorrer devido à interação de múltiplos genes com fatores ambientais. A predisposição genética ao desenvolvimento de determinado distúrbio mental se manifesta em pessoas sujeitas a certos estressores que desencadearão a patologia.

Ou seja, os fatores psicossociais e biológicos podem afetar a expressão dos genes. (KAPLAN; SADOK; GREBB, 2002).

A depressão frequentemente é diagnosticada junto com certas doenças orgânicas, como o câncer, doença de Parkinson, doença de Alzheimer, diabetes, esclerose múltipla, doença incapacitante, como o Acidente Vascular Cerebral (AVC). Esse tipo de depressão é chamado depressão comórbida. É importante que ela seja tratada junto com a doença física, pois, se observa com frequência a formação de um círculo vicioso, no qual a doença gera depressão, e a depressão agrava a doença (DSM-IV-TR, 2002). No entanto as doenças graves e deteriorantes podem levar à depressão na medida em que são dolorosas ou que oferecem perspectivas negativas. A doença ocorre também em função de alterações hormonais, se os níveis de alguns hormônios estiverem desequilibrados (hormônios tireoideanos ou hormônios suprarrenais) (DSM-IV-TR, 2002).

Em relação à recorrência do quadro depressivo, o paciente que já teve um episódio tem uma probabilidade maior de desenvolver outros episódios. A probabilidade de desenvolver um segundo episódio é de 60%, um terceiro é de 70% e um quarto episódio é de 90%. Ao se tratar de histórico familiar de depressão, os autores apontam que existe um forte componente genético para herança do transtorno depressivo maior e, quanto maior o número de descendentes deprimidos entre familiares, maior será a probabilidade de a pessoa desenvolver um quadro depressivo. (KAPLAN; SADOK; GREBB, 2002).

Ao relatar a origem da depressão, pesquisadores afirmam que seria de origem bio-psico-social, ou seja, que a depressão teria uma origem (biológica, psicológica e social). Essa posição contenta os pesquisadores mais organicistas, que afirmam que o que se sente está relacionado aos neurotransmissores e neurorreceptores. Já os antropólogos e sociólogos consideram a doença de natureza sócio-cultural, e os psicólogos acreditam que tenha origem nos traumas e frustrações. Além disso, o suicídio está relacionado aos casos de emergências psiquiátricas. Cabe lembrar a utilização e os efeitos dos medicamentos que têm demonstrado seus limites, uma vez que os medicamentos não têm alcançado os objetivos propostos. Apesar do avanço tecnológico e científico, não há provas de que a depressão tenha diminuído, e o índice de suicídios aumentou nos últimos anos. (KAPLAN; SADOK; GREBB, 2002, p. 69).

Na forma de tratamento, há um sério problema que é o engajamento da pessoa. Há relatos de pacientes que se negam a fazer uso das medicações por objeções pessoais ou que por iniciativa própria de suspendê-la em função dos indesejáveis efeitos colaterais, o que resulta em uma taxa de recaída elevada. (KAPLAN; SADOK; GREBB, 2002. p. 172). É importante relatar que, no tratamento, deve-se manter em mente o risco de letalidade oferecido em caso de overdose por antidepressivos e pelo carbonato de lítio. Se o uso dessas drogas for imprescindível, é adequado que elas sejam guardadas e administradas ao paciente por um familiar ou pessoa próxima. Cabe lembrar, a importância da assistência prestada a pessoa com transtornos mentais. O comportamento suicida pode ser compreendido ao longo de um *continuum*: a partir de pensamentos de autodestruição, passando por ameaças, tentativas de suicídio e, finalmente, o suicídio. Poderia, ainda, ser considerado o componente autodestrutivo presente em diversas condições, como o alcoolismo, a toxicomania, a inobservância de tratamentos médicos e determinados estilos de vida, que podem resultar em mortes por causas “naturais” (CASSORLA, 1992). Essa preocupação é inevitável e um indício dessa possibilidade é a falta de esperança, a falta de visão do futuro, a culpa, autoestima baixa, a perspectiva de vida em fase negativa, características apontam uma necessidade de constante atenção. Shneideman (1975) considerou que uma das principais características psicológicas do suicídio é a precedente dor psicológica intolerável. A partir disso, o indivíduo sente-se rejeitado, desejando terminar com o sofrimento. Assim, não consegue sentir-se capaz de solucionar os seus conflitos. Para o autor, o suicídio ressalta como uma hostilidade inconsciente, associação de outros sentimentos de onipotência e impotência. Assim, o sentimento de desesperança gera sentimentos ambivalentes, de querer morrer e de querer ser salvo. O sofrimento desse sujeito acaba por comprometer o seu desempenho de papéis, tanto no meio social quanto no meio familiar e profissional, além das limitações citadas anteriormente, o que pode levar esse sujeito a cometer o suicídio.

Estudos contemporâneos têm demonstrado que atos suicidas estão intrinsecamente relacionados à dinâmica de relacionamento familiar, e o que conhecimento sobre o desenvolvimento da família é um requisito essencial para o tratamento do indivíduo com comportamento suicida. Entre as características das famílias com membros suicidas estão vivenciado padrões interativo o apego emocional, o manejo pobre de conflitos, padrões de comunicação, os quais

proporcionam menor oportunidade para o desenvolvimento de uma identidade saudável e aumentam o risco de suicídio. (WERLANG; BOTEGA, 2004).

No entanto se uma pessoa não tem apoio, segurança e estabilidade familiar que lhe possibilitem conter seus impulsos destrutivos e instrumentalizar-se para o enfrentamento das crises, muito provavelmente em momentos agudos de desespero, poderá concretizar um ato suicida. Sendo assim, o suicídio contempla, independentemente do ponto de vista pelo qual é analisado, uma dimensão relacionada ao sofrimento. Pode-se pensar no sofrimento que leva o indivíduo ao ato suicida, no enfrentamento familiar frente ao suicídio de um membro, assim como nas consequências sociais que tal ato provoca. (WERLANG; BOTEGA, 2004).

Hume afirma na sua obra *Ensaaios Morais Políticos e Literários* na passagem dos preconceitos morais. “*Quando um amigo seu estiver em Aflição, você pode demonstrar solidariedade e lhe trazer alívio; mas cuidado para não permitir que qualquer compaixão afete seu coração a ponto de perturbar aquela tranquilidade que constitui a perfeição da sabedoria*”. (HUME, 2004. p. 753).

Entretanto, é necessário estabelecer um vínculo, um estreitamento para uma melhor relação pessoal, mais compreensiva, mais próxima, um fortalecimento desses laços independente do que a pessoa apresenta de si, mas estabelecer esse contato conseguindo transmitir de forma mais fluida esse entendimento, essa compreensão com empatia, e generosidade que torna possível a outra pessoa sentir-se livre para relatar, sentir-se livre de preconceitos e ou julgamentos. Cabe lembrar, que para Hume, o termo empatia, aqui exposto. O autor chama de simpatia.

Segue Hume, na sequencia dessa passagem dizendo “se você encontrar alguém chorando de tristeza, porque um filho partiu em viagem, ou por ter perdido sua propriedade, tome cuidado para não se deixar levar pela a impressão de que o homem está cercado de infortúnios exteriores e mantenha em mente este pensamento: Não é o que aconteceu que aflige este homem (já que não aflige outros), mas o seu julgamento sobre o que aconteceu. Não deixe, contudo de se solidarizar com ele em suas palavras, e, se a ocasião aparecer, até mesmo compartilhar seus gemidos; mas cuidado para não gemer também no interior de seu ser”. (HUME, 2004. p. 753).

O filósofo neste contexto deixa evidente a lição tanto da vivacidade quanto a força de seu caráter. Essa passagem está no *Tratado da Natureza Humana*. Sobre a simpatia, assim, chamada por Hume, e ganhou lugar na sua teoria moral.

3.2 AS PERSPECTIVAS ACERCA DO SUICÍDIO NA SOCIOLOGIA

No final do século XIX, a publicação sobre o suicídio do sociólogo Durkheim (1879) afirmara que só há suicídio quando o ato que resulta na morte é realizado pela pessoa tendo em vista esse resultado. Quem se mata verdadeiramente? Quem quer se matar. O suicídio é, antes de tudo, o ato de desespero de um ser humano que não faz mais questão de viver. Sendo assim, o suicídio caracteriza-se por todo caso de morte que resulta direta ou indiretamente de um ato, positivo ou negativo, realizado pela própria vítima que conhecia e almejava o resultado. Para o sociólogo, a tentativa é o ato assim definido, mas interrompido antes que ele resulte na morte. (DURKHEIM, 2000).

Conforme Durkheim (2000), no final do século XIX, destaca-se a preponderância da influência dos padrões sociais no comportamento do indivíduo. Trata-se de uma inovadora visão que inclui uma aplicação da sociologia ao fenômeno sempre diferentemente tratado por outras áreas do conhecimento – inclusive, tratando o suicídio como ação positiva e violenta. As pesquisas até então realizadas sobre o suicídio analisam diferentes momentos históricos, interpretando este fenômeno enquanto psicopatologia, sob as abordagens psicológicas patologizantes e muitas vezes biologicistas que contribuem para que a trama social possa ideologizar as crises desse sistema, que são constituintes do ato suicida enquanto fenômeno social.

Contraopondo-se a isso, o autor fala que nas sociedades em que os indivíduos estão integrados e seu comportamento é rigorosamente governado pelos códigos e costumes sociais, o suicídio produz-se unicamente quando é institucionalizado e requerido pela sociedade (como a prática hindu do *sati*, a imolação voluntária das viúvas); classifica-se esse tipo de suicídio como altruísta. Já nas sociedades em que os indivíduos são pouco integrados, o suicídio é dito egoísta; ele é, então, quase inteiramente autorreferencial. (DURKHEIM, 2000). Em outras sociedades, nas quais os indivíduos não são nem muito, nem pouco integrados, e, por si mesma, não consegue resolver a vida de seus membros, segundo Durkheim (2000), se produziria um outro tipo de suicídio, o suicídio anômico, como nas sociedades industriais modernas. Nesse tipo de sociedade ocidental, o suicídio institucionalizado é extremamente raro, restrito às situações altamente estruturadas.

O modelo sociogênico vê o suicídio como produto de forças sociais que variam segundo o tipo de organização social em que vive o indivíduo. Nesse sentido, pode-se dizer de cada sociedade humana.

[...] que ela tem para o suicídio uma aptidão mais ou menos pronunciada: a expressão está baseada na natureza das coisas. Cada grupo social possui uma tendência coletiva para esse ato que lhe é próprio e do qual derivam as tendências individuais, desde que ela proceda desses últimos. (DURKHEIM, 2000, p. 384).

Durkheim em uma tentativa de explicar os padrões estatísticos por ele encontrados divide o suicídio em três categorias sociais, sendo a primeira o suicídio egoísta: aplica-se àqueles que não estão fortemente integrados em qualquer grupo social. A falta de integração familiar pode ser justificada os não casados e os casais com filhos são o grupo mais protegido. As comunidades rurais têm mais integração social do que as áreas urbanas e, portanto, menos suicídios. A segunda forma seria o suicídio altruísta: aplica-se ao grupo cuja tendência ao suicídio deriva de sua excessiva integração em um grupo, com o suicídio resultando dessa integração – por exemplo, o soldado que sacrifica sua vida em uma batalha.

A terceira categoria social de suicídio seria o anômico: aplica-se àqueles pessoas cuja integração na sociedade é perturbada, privando-as, portanto, das normas costumeiras de comportamento. A anomia pode explicar porque com os indivíduos cuja situação socioeconômica ocorrem mudanças drasticamente e são mais vulneráveis do que antes de sua mudança. A anomia também se refere à instabilidade social, com um colapso de critérios e valores da sociedade. (DURKHEIM, 2000).

O que há de comum a todas as formas, segundo Durkheim (2000), é somente o ato que a consagra ser realizado com conhecimento de causa: a pessoa no momento da ação sabe o que deve ser o resultado de sua conduta, seja qual for a razão que tenha levado a sua ação. Durkheim (2000), dessa forma, associou o comportamento suicida ao grau de coesão social do indivíduo em diferentes culturas e grupos sociais. O autor relata que, após a Revolução Industrial, o homem mudou seu papel no contexto familiar, e o Estado e a Igreja deixaram de funcionar como fatores de integração social, diminuindo, a partir disso, a coesão social e promovendo modificações nas formas de suicídio. Ainda na opinião Durkheim (2000), do qualquer que seja o modelo utilizados para explicar o suicídio, duas

estratégias principais são empregadas para reconhecer um risco de suicídio antes da tentativa deste: a) identificação de índices verbais e de b) alterações do comportamento. Estes consistem principalmente em advertir a família, os profissionais (em particular aqueles que estão em contato direto com os indivíduos suscetíveis ao suicídio, como os educadores) e o público em geral da proximidade de uma tentativa de suicídio, por meio de avisos diretos (eu vou me suicidar) ou indiretos (eu sem dúvida não voltarei a vê-los), assim como alterações comportamentais (a doação de suas posses prediletas, por exemplo).

Portanto pode-se afirmar que há uma série de ações que poderiam ser classificadas como “uma espécie de suicídios embrionários” (DURKHEIM, 2000, p. 16), uma vez que se reconhece que dele só diferem em grau. Além disso, o suicídio está aparentado com os atos de compulsão e de devoção, por um lado, e, por outro, com os atos de precipitação e de simples negligência. Aparentemente, o suicídio é um ato do indivíduo e, portanto, poderia ser meramente objeto da psicologia. No entanto, ao invés de enxergá-lo apenas como acontecimento particular, com Durkheim, pode-se vê-lo como um fato de natureza social. Cada sociedade, em cada tempo, manifesta uma disposição para o suicídio. Não é apenas “fato isolado”, mas de natureza social.

Hume sustenta que a natureza confere aos animais meios para sanarem suas necessidades. E com o homem, na sociedade de certa forma, considerado isoladamente, tem muitas necessidades e não ocorre o mesmo e parece não obter meios para supri-las. Para Hume, “somente pela sociedade o homem é capaz de sanar suas deficiências, pela sociedade, todas suas debilidades são compensadas: embora, nessa situação, suas necessidades se multipliquem a cada instante”.

No entanto, Hume, acredita que a capacidade do indivíduo se amplia deixando-o em todos os aspectos, mais satisfeitos e felizes do que jamais poderia se tornar na sua condição selvagem e solitária. Quando cada indivíduo trabalha isoladamente, e apenas para si mesmo, sua força é limitada demais para executar qualquer trabalho para suprir as diferentes necessidades, e por isso nunca atinge a perfeição em uma arte particular; e como sua força e seu sucesso não são iguais o tempo todo, a menor falha inevitavelmente deve trazer para ele a ruína e a infelicidade”. (HUME, 2009, p. 526).

Prossegue Hume, os homens em seu estado selvagem e inculto não perceberiam as vantagens que a sociedade traz, mas a sociedade fornece um

remédio para esses inconvenientes. A saber, a conjunção de forças amplia nosso poder; a divisão do trabalho aumenta nossa capacidade; e o auxílio mútuo nos deixa menos exposto a sorte e aos acidentes. Assim para encerrar é por essa *força, capacidade e segurança* adicionais que a sociedade se torna vantajosa. O suicídio para Aristóteles, refletido como algo incorreto, pois ia contra as ideias dos deuses. De acordo com o filósofo, para que o ser humano tivesse uma vida mais digna, este deveria focar na razão, ou seja, nas ideias perfeitas dos deuses, pois, após a morte, o ser humano se uniria a eles. Do contrário, quanto mais imperfeito, mais se aproximaria dos animais, ficando preso às paixões humanas, vivendo ao contrário da vontade dos deuses, e o suicídio é um ato condenável. Para Aristóteles, o indivíduo deveria estar dentro de sua sociedade organizada, e o suicídio não contribuiria com essa sociedade. Os cidadãos livres, uma pequena parcela da sociedade, podiam participar da política e debater nos espaços públicos este era um momento em que a sociedade presenciava uma economia forte, e a felicidade estava no coletivo.

3.3 AS PERSPECTIVAS ACERCA DO SUICÍDIO NA FILOSOFIA

O suicídio na perspectiva filosófica de um modo geral permaneceu nos debates, nas obras dos filósofos e nos antigos manuscritos e ainda considerado objeto de estudo da ética e a moralidade. A obra o *Tratado da natureza humana*, David Hume, e o tema proposto propriamente encontra-se nos textos publicados como Dissertações e na obra Ensaios Morais, Políticos, e Literários. A teoria de Hume, relevante nas contribuições para as ciências, para a filosofia moral, da mente, da religião e da estética. David Hume (2009, p. 22), *acredita que a ciência do homem é o único fundamento sólido para outras ciências, assim também o único fundamento sólido que podemos dar a ela deve estar na experiência e na observação*. O autor afirma que não é de se espantar que aplicação da filosofia experimental às questões morais esperou muitos anos desde sua aplicação à ciência da natureza.

Hume desenvolve uma teoria das emoções no Livro II e Das Paixões, do *Tratado da natureza humana*. O autor afirma que há causas e efeitos das emoções. Hume prepara a sua teoria moral para o Livro III, e apresenta os aspectos principais em evidência os sentimentos. Com estes elementos Hume, inicia a discussão sobre

a moralidade, na sua obra e ainda o autor questiona se os fundamentos últimos da moral têm origem na Razão ou no Sentimento.

Para o autor, os juízos morais, como qualquer outra ação da mente, são compreendidos sob o termo percepção. Hume (2009, p. 496) refere que as percepções, por sua vez se reduzem a impressões e ideias. Afirma que as impressões e ideias se distinguem por sua força e vividez. As impressões são as percepções mais fortes, como as sensações, afetos e sentimentos. As ideias, são por sua vez as impressões mais fracas, ou cópias das impressões gravadas na memória e na imaginação. Hume chama de impressões o pensamento atual, presente vivo. O argumento será aprofundado no decorrer do texto sobre o método.

O suicídio pode ser visto como resultado de um exercício de direitos pessoais, uma escolha pela morte sobre a dor e o sofrimento, vem acompanhado pelas emoções. No entanto, o suicídio para a filosofia vem acompanhado de uma intenção, extremamente negativa. Não se encontra um acordo sobre uma definição formal desse termo que seja aceita de forma plena por todas as áreas. Para Canto-Sperber (2003, p. 652), o “suicídio é todo o ato que consiste em se dar a morte de maneira voluntária e intencional; outros só incluem os casos nos quais a intenção primeira do indivíduo é de pôr fim aos seus dias”. Outros reconhecem que uma grande parte dos atos qualificados como suicídio não é voluntária e não representa realmente uma intenção de morrer, como nos casos de suicídio associados à depressão ou outro distúrbio psíquico. No entanto, o tema suicídio está presente nas diferentes posições dos filósofos, manifestadas em descrições sobre as relações com as paixões, moralidade, sofrimentos humanos, cenários de adversidade e muitas formas de desamparos. Ainda de acordo com Canto-Sperber (2003), os casos de morte autoinfligida que, apesar de voluntários e intencionais, parecem buscar favorecer outro ou servir a uma causa ou um princípio. Nesse caso, trata-se de sacrifício ou martírio, termos com fortes conotações positivas. No entanto ou negativos de suicídio parece, frequentemente refletir um julgamento moral, e não verdadeiras diferenças conceituais. Os casos de morte provocada por um acidente do qual a própria pessoa é a responsável, por negligência para consigo mesma, por um comportamento autodestrutivo crônico, por um homicídio provocado pela própria pessoa, pela aventura de alto risco e pela eutanásia autoaplicada.

Nas considerações acerca da vida e a morte ao longo da obra *A Base Física do Espírito*, Farias Brito (1953, p. 72), está “a vida com sua ligação necessária ao

sofrimento e à dor e com seu desenlace fatal na dor suprema da morte". O autor refere-se a compreensão da verdade da realidade com todas as suas lutas, terrores, mistérios e as incertezas da realidade mostrando-se nua e crua no seu determinismo fatal. Prossegue Brito (1953, p. 72) e por falar em morte, que sombrios problemas só por si, não encerra esse tremendo fantasma do nada? Para a realidade o que se pode conceder de mais alto é a vida. Mas para a vida o fim necessário é a morte. Como explicar uma coisa em face da outra? A morte é a cessação da consciência; o que significa a cessação de toda a sensação de todo o afeto, de toda emoção, de toda a esperança, de todo o conhecimento, de toda a percepção. Prossegue Brito (1953, p. 73) ao lembrar o que dizia: "*Sócrates filosofar é aprender a morrer*". Brito afirma que a verdadeira filosofia é a cogitação da vida, não da morte. Por fim, para o autor, com a morte desaparece o indivíduo e com o indivíduo desaparece a consciência. Aqui bem se compreende o problema de todos os problemas. A morte do homem para Brito (1953, p. 73) Pelo menos a morte natural, não vem senão passo a passo quando o fogo da vida se extingue, quando a vida não tem mais o valor e o encanto de um antigo hábito; e sim a conclusão de uma vida. Desta filosofia devia resultar uma moral.

Acredita Brito, (1953) que a morte se confirma, naturalmente, esta sim é o resultado do desenvolvimento da vida. "Gozai todos os bens da vida e empregai todas as vossas forças em diminuir os males que ela contém. Nada deveis esperar da morte, mas tudo de vós mesmos. Para o autor, o que pode desaparecer do mundo não é a morte, para o autor há o mal é o mal que pode ser destruído o mal, que tem sua origem na iniquidade na ignorância dos homens, este é o mal o mais terrível. No entanto o pensamento da morte seria uma inquietação para o desenvolvimento natural do homem chega ao limite da vida, mas continua preparando o futuro como se tivesse de viver sempre.

A morte pelo suicídio carregada de emoções encontrada no pensamento do filósofo Sêneca, defensor do suicídio, representa os estoicos em sua contribuição com a moralidade do suicídio: "o suicídio é uma via aberta à liberdade". O suicídio como extremo ato de liberdade para o ser humano. Sêneca é favorável ao ato e diz que o destino não daria escolha de existir e pensa que é possível escolher até quando se quer viver, e faz dessa escolha parte do contexto no universo. Cabe aqui lembrar que os estoicos eram, nessa época, guiados pela lei da harmonia cósmica. O pensamento está relacionado à harmonia presente no cosmos. Assim, admite a

existência dos males do mundo. Que algum mal pode fazer o homem infeliz. Se na vida do homem ocorrer a perda da felicidade por algo alheio à sua vontade, o mundo deixaria de ser um cosmo com a regra de ordem e harmonia. Com isso, seria um caos, com confusões e desordens. Importante destacar sobre questão da morte, o autor aponta a passagem de Sêneca. Assim ocorre:

Sêneca dirige-se aos amigos: se não me é dado atestar-vos de outra forma meu reconhecimento, deixo-vos o que posso: a imagem de minha vida virtuosa”. Um mesmo golpe corta as veias de seus braços. E outras veias são cortadas para apressar sua morte. Sêneca, exausto, vendo as feridas e o sangue escorrendo lentamente pelo seu corpo, bebe uma porção de veneno. Toma um banho quente, faltam-lhe as forças e adormece, no sono da morte. (LEONI, 1940, p.20).

Sêneca vê outra possibilidade para o suicídio seria por uma doença, uma enfermidade grave da alma e do corpo por um longo período. Para os estoicos, nessas circunstâncias, o suicídio pode ser um ato racional. O autor aponta uma ponderação sobre a dignidade de escolha no processo do morrer.

Na teoria Humeana (2009, p.500) *“um homem que se engana quanto ao poder de algum objeto de produzir dor ou prazer ou que desconhece os meios para sanar algum desejo é antes digno de pena que de censura”* Quanto aos juízos que são falsos por consequência de determinadas ações também não podem ser consideradas origem da imoralidade. Hume afirma que as ações que causam juízos falsos, por sua vez, ocorrem de forma acidental ou não planejada. Quando juízos falsos ações contrárias à verdade e à razão. O autor afirma que o indivíduo ao observar suas ações acredita que essas ações não causam nenhum juízo, a ele seja verdadeiro ou falso, no próprio indivíduo e sim tem tal efeito nas outras pessoas. Certamente, há diversas ocasiões em que ações podem gerar falsas conclusões por parte dos outros. Portanto, torna-se impossível que a distinção entre o bem e o mal morais possa ser feita pela razão, já que essa distinção influencia nossas ações, coisa que a razão por si só é incapaz. Para Hume (2009, p. 503). A razão e o juízo podem, ser a causa mediata de uma ação. Certos filósofos questionaram e insistiram na opinião de que a moralidade é passível de demonstração. E as relações que admitem tal grau de absurdos?

Para o pensador como Albert Camus, tendo em vista a complexidade da questão, indica a morte pelo suicídio um importante objeto de estudo para a filosofia, em especial suas discussões e reflexões acerca da ética e a consciência humana ao

longo da história. É possível pensar que para Camus (1942, p. 19), “só existe um problema filosófico realmente sério: o suicídio. Julgar se a vida vale ou não vale a pena ser vivida é responder este quesito fundamental da filosofia”. O autor vai além dos fatores sociais que envolvem o suicídio, enfatizando as questões individuais pertinentes ao pensamento humano e questionando sobre a razão de viver. Conforme Camus, o ser humano encontra-se no mundo moderno em uma categoria de estrangeiro confrontando-se com o absurdo da existência. “A pessoa comete o suicídio porque a vida não vale mais a pena, ou seja, já não existe mais nenhuma razão para viver”. (CAMUS, 2014, p. 19). Para o autor, a existência humana é definida absurdamente e surge do confronto entre o apelo humano na busca em conhecer sua razão de ser e, ainda o silêncio bruto do mundo que o cerca. Prossegue Camus, acredita que encontrar um sentido para a vida e eliminar o absurdo não é possível pela negação dessas forças, nem por meio de deuses e religiões, nem por meio do suicídio. O absurdo da existência humana, Camus, comparou ao de Sísifo, figura mitológica grega. (Obra *Mito de Sísifo*, 1942).

Sísifo condenado pelos deuses a empurrar exaustivamente um rochedo para o alto de uma montanha, de onde tornava a rolar e cair pelo próprio movimento. Superar um absurdo incide na execução de uma tarefa, de um plano, de uma trajetória e ou de um projeto que exalte a vida e as paixões do homem absurdo, não se retira, mas se revolta e supera. “A própria luta para atingir o cume é suficiente para preencher o coração do homem”. (CAMUS, 1942).

Para Camus no *Mito de Sísifo* os problemas essenciais, são aqueles que podem eliminar e ou aumentar a paixão de viver. Sendo assim, fica claro que a questão do sentido de viver é fundamental. Para o autor essa análise trata da relação entre o pensamento do indivíduo e o suicídio tudo tem início e a pessoa começa a pensar e a partir daí o pensamento torna-se um campo minado. (CAMUS, 1942, p. 100). Assim, é a lucidez perante a existência que pode levar o homem a rejeição do existir. No entanto cabe lembrar que a questão não é investigar as causas do suicídio, mas sim analisar a moralidade desse ato daí importância desse tema.

Prossegue Camus, na sua obra 1942, o autor afirma que todos os seres humanos pelo menos uma vez, questionaram a razão de existir, e acredita que há um vínculo direto entre este questionamento e o nada. O suicídio como uma solução do absurdo. Entretanto, afirmação final da crença na absurdidade conduz ações dos

indivíduos que estão dispostos às últimas consequências, o suicídio pode ser a certeza da falta de sentido da vida. (CAMUS, 1942, p. 101).

Conforme Camus, o ser humano compreender e aceitar absurdidade de tudo que o cerca é uma etapa necessária. A falta de sentido na existência é na verdade um estímulo à vida. E não ao contrário. Camus (1942, p. 103) entende que o suicídio é “uma fuga”, “um insulto a existência” e que o ser humano é uma negação de si mesmo. (CAMUS, 1942, p. 100). Para o filósofo o contexto “demonstra que o coerente mesmo é manter a vida em face ao absurdo, ou seja, o ser humano mantém a existência para manter o absurdo. No olhar de Camus, sua opção é viver o absurdo. Porém, manter absurdidade, é o que sustenta a grandeza da existência.

Dessa forma, Camus entende que o suicídio não é uma resposta plausível ao absurdo, acredita que esse ato elimina a relação que há entre o homem e o mundo, o suicídio por sua vez é uma fuga não uma solução. Na verdade o suicídio, é uma retirada do homem da realidade, porque ausenta o homem da responsabilidade do seu próprio destino. A teoria de Camus, esta fundada na existência um apelo à vida. Então, para concluir o raciocínio o suicídio representa o fim desse confronto desesperado entre o homem e o mundo. Camus justifica a vida pelo sim, afirma a vida pela necessidade de manter o absurdo. Albert Camus recusa o suicídio que deva ser deduzido do absurdo. Então com esse ato elimina os problemas sem resposta ou solução, eliminando assim o homem. A questão é como livrar-se dele se o suicídio deve ser deduzido desse absurdo.

Na passagem para próximo capítulo percorre-se a filosofia de Hume, a base fundamental para realizar associações com o tema central desta dissertação. Hume, desenvolve uma teoria das emoções no Livro II e no Livro III da moralidade no Tratado da natureza humana. O autor afirma que há causas e efeitos das emoções nas ações humanas. A teoria Humeana sobre a moralidade e a partir de seu método empírico como possibilidade de fundamentação e a exposição de sua teoria moral no contexto filosófico a razão e a sensibilidade apresenta os aspectos principais e evidência os sentimentos.

4 OS PRINCÍPIOS DA FILOSOFIA NATURALISTA DE DAVID HUME

O filósofo escocês David Hume, nasceu Edimburgo, (1711-1776). foi historiador, ensaísta e importante iluminista, Considerado um dos ilustres empirista britânico, juntamente com Jonh Locke, e George Berkeley. Hume apresenta uma oposição as filosofias que consideram o espírito humano desde um ponto de vista metafísico. No entanto, o autor desenvolve uma teoria que abriu caminhos a investigação de método experimental aos fenômenos mentais. Nesse momento torna-se importante a compreensão que Hume, a partir da filosofia de Francis Bacon como base para seus estudos e do empirismo de John Locke. Faz conclusões pelo ceticismo e realiza com isso críticas da filosofia tradicional. No presente capítulo, buscam-se compreensões sobre as interfaces do método de raciocínio experimental para assuntos morais na filosofia de David Hume que procura, no curso dos eventos, explicar os acontecimentos e a temática do suicídio.

O objetivo principal desta dissertação é refletir o tema o suicídio e a sua justificabilidade moral na teoria humeana. No entanto, busca-se um apoio na sua no *Tratado da natureza humana (1739)*, sua principal obra, em três livros que possui uma análise de maneira cética e singular aos princípios da natureza humana, dedicando-se aos problemas da ética e a filosofia moral ao raciocínio experimental que Isaac Newton inseriu como estudioso da natureza física. Para descrever sobre como o filósofo, refere-se às distinções morais e como estas, para ele, não são derivadas da razão. Inicialmente, faz-se necessário refletir, ainda que brevemente, sobre o que Hume pensou acerca do ceticismo e seu empirismo para compreender a causalidade, ou princípio de Hume. No livro I o autor aborda as percepções primárias da mente do ser humano. Hume faz uma divisão em impressões e ideias. Conforme ele descreve chegam a mente de maneira forte e violenta, exemplo são as paixões e emoções. Já as ideias são as imagens dessas impressões. No livro II o autor refere sobre as paixões, faz uma analogia entre os animais e os homens o orgulho e a humildade, amor-ódio e sobre o vício e a virtude. Hume segue sobre o livre arbítrio e a curiosidade, chamada de amor à verdade. No livro III o autor dedica-se a moralidade, os direitos entre outros relacionando a moral com sentimentos de prazer. Hume recebe algumas críticas sobre o *Tratado da natureza humana*. Daí a iniciativa do autor de reescrever sua obra, mas de forma acessível e mantém sua

essência e sua filosofia. Assim, surgem dois títulos “*Investigação sobre o entendimento humano*” e “*investigação sobre os princípios da moral*”.

Hume utiliza então o método experimental para seu estudo da natureza humana. *Do entendimento* conceitua o conhecimento das ideias e impressões. No estudo a investigação sobre os princípios da moral trata-se do desenvolvimento do método empírico Newtoniano aos problemas éticos e a filosofia moral. Nesse momento rejeita um padrão transcendente do que é bom ou mau. O autor e o pensamento filosófico prossegue com entendimento as práticas morais dos comportamentos e dos sentimentos que derivam ações e suas consequências na sociedade. O tema do suicídio foi publicado (posteriores) como Dissertações.

De acordo com essa perspectiva Hume no *Tratado* dedica-se aos princípios de sua filosofia e trata da epistemologia empirista, o autor tem como objetivo explicar os problemas da identidade pessoal se é uma ficção produzida pela imaginação e também fruto de percepções que seguem uma sequência.

A perspectiva de Hume,

Há filósofos que imaginam estarmos, em todos os momentos, intimamente conscientes daquilo que dominamos nosso e *EU* [our SELF]; que sentimos sua existência e a continuidade de sua existência; e que estamos certos de de sua perfeita identidade e simplicidade com uma evidencia que ultrapassa de a de uma demonstração. A sensação mais forte, a paixão mais violenta, dizem eles, ao invés de nos distrair dessa visão, fixam-na de maneira ainda mais intensa e por meio da dor e do prazer que produzem, levam nos a considerar a influencia que exercem sobre o *eu*. (HUME, 2009, p. 283).

Nessa passagem, Hume afirma sobre a identidade do eu se encontra em indícios nas sensações. Hume, esta citando os filósofos modernos que defendem a identidade e a simplicidade perfeita do *eu*. Ou alma ou substância imaterial, que sustenta essa identidade e simplicidade. Compreendendo de certa forma Hume, é necessário entender objeto de estudo que o autor pretende investigar afirma que seu objeto é a natureza humana e sua proposta é um estudo e, este é uma ciência do ser humano. Assim, empregando o método experimental. Também chamada de “filosofia natural. Cabe lembrar que a expressão “assuntos morais” termo utilizado na época encontra-se no *Tratado* no subtítulo. Hume, argumenta sobre a ética e temas sobre a natureza humana, e aproveita para realizar um contraste entre a *filosofia moral e filosofia natural*. O autor refere que a filosofia moral estuda o ser humano enquanto ser e distinto dos demais seres da natureza. No entanto Hume (2009, p. 21), explica que a filosofia natural é o que hoje chamada de física, química e

biologia. Afirma o autor que a filosofia moral difere da filosofia natural, mas no modo como lida com seres humanos. Assim, diferem de outros *objetos da natureza*. Ou seja os seres humanos agem, pensam, sentem, percebem e falam, então os assuntos morais lidam com os pensamentos, as ações, os sentimentos as percepções, as paixões e a linguagem dos seres humanos.

Hume, confia que seu estudo filosófico detalhado e com capacidades e objetivos ao ser humano e suas relações trará novos caminhos aos estudos da ciência e interesses humanos. Hume *certo de que todas as ciências tem uma relação, maior ou menor, com a natureza humana, e por mais que alguma ou outra possa se afastar dessa natureza sempre retornará por um caminho ou outro.* (HUME, 2009, p. 21). O autor investiga as capacidades da mente humana para descobertas em novas áreas, mas segue uma influência exposta por pensadores como Bacon e Locke.

Hume, nesse primeiro momento faz críticas e rejeita o raciocínio especulativo, empregado por muitos filósofos antigos e modernos o autor segue uma proposta inspirada nos procedimentos nas ciências, do uso e do emprego do método experimental na filosofia. Portanto, “a ciência do homem é o único fundamento sólido para outras ciências, assim pode se dizer que também único fundamento sólido deve estar na experiência e na observação”. (HUME, 2009, p. 22).

David Hume, não foi o único a propor que a filosofia pudesse adotar procedimentos com analogia ao das ciências naturais. No entanto, esse método na época relacionado Newton, o uso do método experimental para assuntos morais. Hume no final do Livro I retorna argumentar acerca das operações do entendimento e apresenta as angustias que o levaram à adoção de uma postura cética à suspensão do juízo e a retomada das investigações. No entanto é no livro II que o autor trata das emoções, do orgulho e da humildade nos animais. O autor faz uma analogia extraída das observações de animais em relação à constituição física e a genialidade para os seres humanos. Hume (2009, p. 362) afirma que todos os princípios internos necessários para produzir nos seres humanos o orgulho ou a humildade são comuns a todas as criaturas que também as causas que despertam essas paixões são as mesmas. Então para concluir essas causas operam da mesma maneira em todo o reino animal. E assim, pode ser aplicada a todas as criaturas sensíveis. Hume observa seus limites sobre a investigação da natureza humana, mas considera interessante a investigação da questão da existência mesma de uma

natureza humana. Hume (2009, p. 22) tem como proposta um estudo da mente humana, o mesmo não pretende encontrar ou descobrir a natureza última da mente. O autor na sua investigação encontra um foco ao tipo de conclusão que é possível chegar através do método de raciocínio experimental nas ciências morais.

Para complementar o filósofo Hume fará outra análise: traçará uma geografia mental, delimitando fronteiras entre as faculdades do conhecimento, da razão e dos sentidos. Ele tem uma postura crítica e especulativa que o aproxima de uma versão original que denuncia o que pareceria conhecimento, mas, na verdade, não seria. Dois termos assumem a elaboração dos conhecimentos: as “causas últimas” e as “conexões necessárias”. Dessa forma, ele verifica quais as causas para a elaboração dos conhecimentos, e a metafísica demonstraria a “conexão” necessária para que tais fenômenos acontecessem. Assim, apenas conhecer as diferentes operações do espírito, sua separação, sua classificação em categorias adequadas e a correção em sua aparente desordem em que se encontra constitui uma parte razoável da ciência, na medida em que são aceitas como objeto de reflexão e de pesquisa. Essa empreitada de distinção e organização que não tem importância quanto aos corpos externos que são os objetos de nossos sentidos aumentam de valor quando se dirige às operações da mente em proporção à dificuldade e ao esforço que encontramos em realizá-la. Ao ficarmos impossibilitados de prosseguir nesta geografia mental ou no delineamento das diferentes partes e faculdades da mente, ao menos será satisfatório chegar até lá; por mais evidente que esta ciência que possa parecer, e de jeito nenhum o é, mais desprezível ainda deve ser considerada sua ignorância por todos aqueles que almejam o saber e a filosofia. (HUME, 2009, p. 20).

Após essa investigação, além do benefício de rejeitar o aspecto mais incerto e desagradável do conhecimento, há muitas vantagens que resultam dessa inquirição exata dos poderes e das faculdades da natureza humana. É interessante que as operações da mente, não obstante profundamente ligadas a nós, surjam envoltas em obscuridade, sempre que se tornam objeto da reflexão, e a visão é inábil para discernir com facilidade as linhas e os limites que as separam e as distinguem. Os objetos são muito tênues para permanecer sob o mesmo aspecto ou situação por um longo tempo, devendo ser aprendidos num instante por uma elevada perspicácia percebida da natureza e desenvolvida pelo hábito e pela reflexão. (HUME, 2009, p. 212).

Para Hume, nada mostra melhor a força que o hábito exerce ao fazer-nos aceitar um fenômeno qualquer que o fato de os homens não se espantar com as operações de sua própria razão, ao mesmo tempo em que admiram o *instinto* dos animais e têm dificuldades em explicá-lo simplesmente porque não pode ser reduzido exatamente aos mesmos princípios. No entanto, Hume (2009, p. 212) considera que a questão, a razão não é senão, um maravilhoso e ininteligível instinto de nossas almas, que conduz por certa sequência de ideias com qualidades particulares em virtude de suas situações e relações particulares. O autor considera que verdade que tal instinto surge da observação e experiência passada. Desse modo, qual a razão última explicar porque deve ser a experiência e a observação passada, e não a natureza por si mesma, o que produz tal efeito? Hume, constata que a natureza certamente é capaz de produzir tudo aquilo que pode surgir do hábito. Assim acredita que o hábito é um dos princípios da natureza, e extrai toda a sua força dessa origem.

Hume acredita que todos os nossos princípios são universais quanto possíveis rastreando o máximo nossos experimentos e a observação dos efeitos particulares pelas causas simples ainda assim é certo que não pode ir além da experiência. O autor confia que o ser humano tem acesso apenas às percepções, e as causas permanecem ignoradas. “A posição de Hume (2009, p. 23) nos estudos da mente ora para o autor uma posição cética quanto a possibilidade de conhecimento da natureza última das coisas” essa impossibilidade de se explicarem os princípios últimos como um defeito da ciência do ser humano.

Na obra *A Base Física do Espírito*, de Farias de Brito (1953, p. 118), encontra-se uma descrição para o ceticismo de Hume em que o materialismo nega o espírito e o idealismo nega a matéria. Hume negou ao mesmo tempo o espírito e a matéria. Era ser coerente até o fim e tirar a consequência não parcial, mas total das premissas que partiam o materialismo e o idealismo: “O materialismo diz que tudo é matéria, logo não há espírito, o idealismo diz, tudo é espírito, logo não há matéria”. Hume aceita de ambos a negação e fazendo a síntese afirma que não há matéria, nem espírito, mas somente impressões sensíveis, fenômenos da sensibilidade. O ceticismo vem, pois, como uma síntese das duas negações em que se fundam aqueles dois sistemas opostos. (BRITO, 2007).

De acordo com Brito (1953), o moderno agnosticismo, o ceticismo e o positivismo imanam, em grande medida, de Hume. Para ele, podemos conhecer

somente as impressões sensíveis que consistem em uma ordem de sucessões de fatos ou das impressões externas (representações exteriores, objeto da física) e a sucessão dos fatos das impressões internas (estados de consciência, objeto da psicologia). O mundo que se conhece é unicamente o mundo das impressões sensíveis que se resolve à realidade ou o que veio a se chamar o mundo dos fenômenos. Fora disso, nada mais se poderia conceber. Não há, pois, para além das impressões sensíveis, nenhuma substância exterior ou interna e nem as sucessões externas justificam e tornam necessária a concepção de um substrato exterior de uma matéria que lhes sirva de causa. Da mesma forma, as sucessões internas também não justificam e nem tornam necessária a concepção de um substrato exterior de uma matéria que lhes sirva de causa; nem as sucessões internas, justificam e tornam necessária a ideia de um eu, ou de uma substância pensante que embase ou fundamente os estados de consciência. Entre as coisas, não haveria conexões necessárias e são, sim, ligadas umas às outras pela lei da causalidade, explica-se simplesmente pelo efeito do hábito. (BRITO, 2007, p. 177).

Hume buscava a verdade pela luz da razão e, para sequenciar esta contextualização, buscou-se na obra *A Base Física do Espírito*, de Brito (1953, p. 177), onde consta que Hume, quando estuda os fenômenos psíquicos, não os considera em correspondência com os movimentos do cérebro, pois tudo se reduziria assim à fenomenalidade, à sensação, às ideias e à associação das ideias. Tudo se explicaria por efeito da virtude e da lei da associação, e é assim por efeito que se explicam os sentimentos, as paixões, a volição, a ideia, o juízo, o raciocínio; em poucas palavras: todas as formas de emoção e de paixão, como todos os processos lógicos do conhecimento.

Além disso, Theodule Ribot, 1870 o grande psicólogo Frances, em seu livro hoje clássico, *La Psychologie Anglaise Contemporaine*, tratando dos psicólogos da escola experimental, começa com Hartley, e somente a título de precursor, excluindo Hume. Essa exclusão não se explica por circunstâncias de ordem cronológica ou por que o autor tivesse necessidade de começar num dado momento da história, devendo restringir o campo de suas investigações. Ribot teria excluído Hume como um metafísico. Hume ocupara-se exclusivamente da metafísica, em sua interpretação. Analisando a fenomenalidade do espírito, isto é, a vida mental, Hume se opõe às conclusões dos metafísicos. Estes partem, em geral, de noções absolutas, e, aceitando-as como princípios fixos e indiscutíveis, como ideias inatas,

fazem daí o ponto de partida para deduções de todos os fatos particulares. Hume não, partindo da sensação, que tudo se propõem para explicar, quer conhecer a verdade, mas só pela luz da razão. (BRITO, 2007, p. 177).

Ainda em *A Base Física do Espírito*, Farias de Brito menciona que Hume considerava em particular os fenômenos psíquicos, e somente os fenômenos psíquicos, isto é, as sensações e os elementos derivados das sensações. Ora, o método experimental é, precisamente, o das ciências da matéria, como a física, a química e a biologia. Trata-se da observação provocada, medindo e combinando artificialmente. Tratando-se de fenômenos psíquicos, a observação só seria possível havendo uma base física sobre a qual se faça uma possível experimentação. Não cogitando Hume, desta base física não poderia ser incluído dos que fizeram uso do método experimental em psicologia. Tal foi sem dúvida, o motivo de sua exclusão na obra de Ribot. Na primeira metade do século XVIII, a psicologia da associação fundada por Hume e Hartley sustenta este princípio, colocando-se, pelo contrário, a realidade da matéria e tratando de explicar os fenômenos do espírito, coloca-os na dependência do cérebro e do sistema nervoso. Iniciou, por conseguinte, essa ordem de investigações que iria resultar posteriormente na psicologia fisiológica.

A constatação de Hume é que há limitações essenciais à investigação da natureza humana. Ele considera que a questão da existência mesma de uma natureza humana e seus traços de regularidade e variabilidade atuação de certas tendências não é plenamente determinada pelo ser humano, mas pode ser entre o indivíduo o todo social. Associado a tradição do empirismo britânico Hume, afirma que para ocorrer a investigação da natureza humana é necessário o uso do método experimental, e que nada pode conhecer senão através da experiência. A questão é que para os empiristas, se for possível obter conhecimento em última análise e em algum nível, ele deriva da experiência. Hume, chega a determinado momento que tal limitação das investigações através da experiência e da restrição das possibilidades humanas de adquirir conhecimento, o que conduz a outro aspecto pela qual a filosofia em geral é caracterizada seu ceticismo. Plínio Smith, na obra *O Ceticismo de Hume* oferece uma contribuição importante para a compreensão e a interpretação do pensamento Humeano, Smith, afirma que a primeira (1995, p. 13) posição, mais conhecida e tradicional, é a que vê a obra de Hume como “cética”, por negar a realidade objetiva da causalidade, do mundo e do sujeito, a segunda, mais recente interpreta Hume, como um filósofo “naturalista” Porém, a contribuição não é a de

destruir o conhecimento, mas de desvendar e ressaltar o papel dos instintos e crenças naturais.

No entanto, Smith (1995 p.16) comenta sobre a discussão e as propostas entre o ceticismo e o naturalismo de Hume parece dizer respeito do sentido mesmo de sua filosofia que questões, que sistemas ele propôs, qual o conhecimento, que resultado alcançou, qual o papel da razão o papel do funcionamento da imaginação e do entendimento e como fazer ciência. Parece complicado entender. A pergunta assim formulada: Qual o ceticismo de Hume? A interpretação cética de Hume, seria aquela que dá ênfase à “análise filosófica” e a interpretação naturalista ressaltaria a “teoria psicológica”. O ceticismo seria limitado pela natureza. Assim, como há um limite para o conhecimento, haveria também um limite para a dúvida, determinando onde ela pode surgir com eficácia. Hume na interpretação de Smith. (1995, p. 21).

Refere que o autor demonstra a possibilidade de questionar algo e seria a partir das crenças básicas que são impostas aos homens pela natureza: por isso não poderiam ser postas em dúvida. Dessa forma a interpretação naturalista incorpora a interpretação cética. O essencial na compreensão de seu pensamento é essência da ciência, um sistema sólido de conhecimentos e não uma filosofia. Com o desenvolvimento da interpretação naturalista, chamando atenção para outras obras de Hume, com outro aspecto Smith (1995, p. 22-23) comenta que a interpretação cética teve de sofisticar-se. Sendo assim, uma das soluções foi considerar o naturalismo como um dos aspectos do seu ceticismo pirrônico. Hume, o pirrônico teria momentos céticos e momentos naturalistas. Hume, no primeiro momento cético, objetivo principal é mostrar a incapacidade da razão de justificar nossas crenças.

No segundo momento em Hume, reflete sobre passos céticos, a existência de momentos naturalistas e assim, o autor oscila de um momento para outro. Com essa variação constante torna-se um empecilho para Hume, de incidir em dogmatismo, aderindo a um só lado. O ceticismo não mais conduzia o naturalismo.

No *Tratado* o autor inclui o ceticismo na indução e até rejeição de que a razão possa determinar o caráter e as ações dos agentes morais, passando pelo ceticismo e a possibilidade de se conceber uma ideia de eu simples e contínuo quando refere *Da identidade pessoal*, e avaliação que o autor faz das suas angústias e de seu estado psicológico, Hume, questiona a possibilidade de suas reflexões

filosóficas não mais encontrar respostas convincentes para as questões fundamentais acerca da existência humana. (HUME, 2009, p. 296).

A filosofia Humeana, possui diferentes graus do ceticismo essas interpretações envolve Hume uma perspectiva forte, um ceticismo pirrônico com crenças tidas como fundamentais, pode se dizer as crenças na existência dos objetos materiais e nas relações de causalidade. Para Hume, os princípios seguem que todas tem o mesmo efeito de reforçar e avivar nossas ideias; e que as crenças não é senão uma concepção mais imperativa e vívida de uma ideia e essa ação mental pode ser derivada da causa e efeito, mas também da contiguidade e semelhança. (HUME, 2009, p.137).

No entanto, Hume, como cético pirrônico e com a suspensão dos juízos redescobriam os momentos de satisfação e Hume, também faz parte dessa aproximação da tranquilidade ainda que por um período se arrisca abandonar a reflexão filosófica podendo retomar atividades de lazer. Para Hume, a suspensão dos juízos produzem certa tranquilidade e precaução quando se trata do conteúdo das crenças segundo elas o ser humano conduz sua vida ou visualiza o mundo. (HUME, 2009, p. 301). No entanto, para o autor o resultado do ceticismo não é a expressão e a negação de todas as crenças de um contexto, mas a rejeição do dogmatismo. Teoria Humeana, após essas “mudanças” não deixa de ver Hume, como um cético. A posição mais clara e tradicional cabe lembrar o que marca um aspecto pertinente à perspectiva forte é a expressão do seu naturalismo. A sua contribuição não é a de destruir o conhecimento mas de esclarecer e ressaltar o papel dos instintos e crenças naturais.

Segundo Guimarães (2011), “a importância do pensamento de Hume para os problemas filosóficos e suas contribuições repercutem até os dias atuais. Hume formulou o problema da indução, que é matéria de intenso debate na epistemologia e na metafísica: Causalidade, Existem conexões necessárias entre os objetos?” Existem causas reais? Podemos conhecê-las? Ou as causas reduzem-se a regularidades empíricas? Teorias da causalidade.

Segundo a autora Hume articulou em sua abordagem sobre o problema da liberdade, uma solução compatibilista, conforme Guimarães, Hume procura conciliar liberdade e necessidade, afirmando que as ações livres são causadas por determinações da vontade, e que livres são as ações não coagidas. Na meta ética, Hume contribuiu com a teoria segundo a qual juízos morais são expressões de gosto

e sentimento emitidas sobre um ponto de vista geral e desinteressado, constituindo-se assim, em importante referência para posições não cognitivistas.

Conforme Guimarães o filósofo, conhecido também como filósofo da virtude, o autor inspirou posições consequencialistas e utilitaristas modernas. Sua importante obra no tratado da natureza humana Hume finalmente posicionou-se com as teorias da psicologia cognitiva com investigação empírica da mente, complementando posteriormente as atuais ciências humanas.

4.1 CAUSALIDADE E EXPERIÊNCIA SINGULAR

Conforme Marques (2001, p. 30-31), “a teoria da causalidade humeana explica o interesse do autor não é fazer uma teoria da causalidade enquanto tal, mas explicar como chegamos a adquirir nossas crenças causais”.

Para o autor somos levados a acreditar, por exemplo que um copo irá cair ao chão se o largar antes mesmo de tê-lo largado. Pode-se dizer que a questão que Hume investiga não é a metafísica, mas psicológica. Ou seja, essa questão diz respeito a mente humana. Para Hume não chegamos a essas crenças por nenhum raciocínio dedutivo a partir dos princípios acima, mas apenas pela experiência e pelo hábito.

A leitura de fatos adotada pelo filósofo Hume, no livro I do *Tratado da natureza humana* demonstra que é a partir da lei da causa e efeito que pode-se compreender o conceito de causalidade, ou seja, é a causalidade ou relação entre causa e efeito. Para Smith (1995, p. 152-154) *a doutrina Humeana da causalidade seção IV na investigação é segundo Hume uma doutrina cética*. A pergunta como nossa mente estende a experiência passada para o futuro, isto é, como ela adquire ideia de uma regularidade no curso da natureza para além da observada. Essa extensão é explicada pelo hábito, princípio da imaginação ou instinto natural que nos obriga a esperar, para o futuro, aquilo que se repetiu em nossa experiência passada. A solução cética a que se refere o autor conclui a hipótese do hábito ser o fundamento último a que chegar na análise da causalidade.

O autor aborda esse conceito como uma crença de um princípio causal que tem relação com fenômenos naturais, assim pode-se dizer constituindo uma lei geral, universal, gerando através da causa efeito uma relação entre os acontecimentos. Hume acredita que há uma ligação entre todas as coisas. Para o

autor a percepção torna-se possível entre a relação dos objetos e eventos. E as qualidades que o autor refere é possível associar algumas ideias podem ser, contiguidade, semelhanças no tempo ou no espaço e causa e efeito. Toma-se, por exemplo, que ao se estar em uma ilha deserta, sendo encontrado ali um relógio, significando este que antes já haveria estado alguém ali, visto que relógio é coisas de seres humanos. Tem-se, então, uma associação, uma constatação básica do formato da lei de causa e efeito. A estratégia de Hume, então, será mostrar que não há nenhum efeito sem causa e sem a experiência anterior. Finalmente, em sua tese, todo ou qualquer evento exigiria uma experiência prévia para argumentar sobre aquela causa. Ainda, pode-se observar em Monteiro (2003, p. 33) que Hume, pretendeu explicar a crença causal por um princípio da natureza humana distinguindo a razão. Argumentou que a faculdade da razão padeceria de certa “insensibilidade”, que a adequação para a razão seria a capacidade humana para raciocínio, para atos e operações. Suas afirmações são de que as distinções morais não são derivadas da razão. Nos raciocínios a respeito da moral, ele afirma que a paz de uma sociedade estaria em jogo a cada decisão que se toma a seu respeito. (MONTEIRO, 2003, p. 34).

Seria possível e legítimo, e certamente ainda o é, aceitar a teoria Humeana segundo a qual a inferência e a crença causais derivam da experiência e de conjunções repetidas, juntamente com a negação de que o instrumento dessa derivação seja a razão se concebermos esta razão como faculdade dedutiva, e esta capacidade como insensível à repetição, e ao mesmo tempo rejeitar a derivação Humeana da inferência e da crença causal a partir do hábito ou costume. (MONTEIRO, 2003, p. 36).

Para Hume, razão então seria um caminho seguro para compreender o que ultrapassa o caminho da experiência. Assim a pretensa ciência funciona como roupagem para superstição infundada nos homens da época. É possível ver em Monteiro (2003, p. 34) que na primeira tese de Hume a razão clássica, como razão dedutiva, era incapaz de outra senão a adequação – sendo aqui a redundância apenas aparente por que mesmo os que na época criticavam a indução enumerativa nunca deram sinais de duvidar que este tipo de inferência fosse derivado da razão humana, “aliada à experiência”.

Na filosofia de Hume, é possível comparar nesta passagem o caso da razão com o do “costume ou hábito”: ambos os termos eram ocasionalmente usados por

outros filósofos, em alguns dos sentidos que estes termos possuíam na linguagem comum. Senão, veja-se: para Locke, a ideia do hábito era de um poder ou capacidade de alguém para fazer alguma coisa, quando adquirido por frequentemente fazer essa mesma coisa. Em contrapartida há um nítido contraste entre o conceito de costume ou hábito como consistindo, mais do que simplesmente numa capacidade, numa autêntica propensão para fazer alguma coisa que já foi repetidamente feita. Escreve: “sempre que a repetição de um determinado *acto* ou operação produz uma propensão para renovar este mesmo *acto* ou operação [...] sempre dizemos que esta propensão é efeito do hábito”. (MONTEIRO, 2003, p. 35).

Para o autor Monteiro (2003, p. 37), relata que ao examinar os principais exemplos da operação do princípio do hábito ou costume empregado por Hume, para exemplificar a sua teoria: o choque de duas bolas de bilhar, uma pedra lançada ao ar e depois caindo, a sucessão do fogo ou da neve e do frio, e outras conjunções constantes. Em todos esses casos, basta apenas a repetição para que o princípio de Hume, possa simplesmente acontecer, o que é a causalidade. Uma das partes mais importantes da obra de Hume é seu estudo sobre o tema da causalidade. A sensação, ou impressão, é apenas a percepção dos sentidos. O grau de intensidade com que estas se manifestam estabelecem distinções entre as percepções básicas e as ideias. As impressões, percepções básicas, são captadas imediatamente e a elas pertencem às sensações, as emoções e as paixões. As ideias, por sua vez, são cópias ou representações desviadas das impressões na mente e guardam certa semelhança com as impressões, pois na realidade vêm a ser imagens mentais. Assim, a filosofia de Hume está associada ao combate à superstição, ao excesso, ao fanatismo. (HUME, 2004).

Utilizando ainda as argumentações de Monteiro (2003), observa-se que Hume e Locke olharam cada um para um aspecto diferente da mesma disposição humana – não há aqui qualquer distinção importante entre “costume” e “hábito” – com o primeiro a enfatizar o aspecto “capacidade” e o segundo, a acentuar mais o aspecto “propensão” ou “tendência” (ou ainda instinto), mas esta não é a diferença mais significativa entre ambos. Sintetizando, quando Hume apresentou sua teoria da origem da inferência e da crença causal sobre o “hábito”, percebe-se que ele procurou um conceito ampliado de hábito, como disposição para ser influenciado só pelo tempo ou pela repetição ou por ambos.

É preciso também esclarecer que são possíveis inferências causais a partir de “experiências singulares”, desde que se tenha o cuidado de considerar apenas o que é essencial nas circunstâncias. A experiência repetida tem na filosofia humeana do conhecimento um papel tão relevante e tão notório que quase se arrisca a apagar o papel desempenhado nessa filosofia pela experiência singular.

Os raciocínios causais não são apenas diretamente derivados de “conjunções constantes” ou “constantes”, podendo constituir também inferências feitas a partir de um único exemplo do fenômeno examinado. “Não apenas em filosofia, mas até na vida comum, podemos chegar ao conhecimento de uma determinada causa simplesmente a partir de um só experimento, desde que feito com critério, e após se destacarem cuidadosamente as circunstâncias estranhas e supérfluas”. (MONTEIRO, 2003, p. 51).

Para tanto, ele ressalta que é fundamental o elemento da “conexão necessária” para que as coisas aconteçam e, para a relação de causa e efeito existe uma associação: o elemento causalidade. Pode-se verificar segundo Monteiro (2003, p. 55), “que a mesma causa produz sempre o mesmo efeito e o mesmo efeito, nunca surge a não ser da mesma causa”. Thomas Brown utiliza a questão da experiência singular como elemento de crítica à concepção Humeana de causação. Brown censura Hume porque para este, conforme a inferência causal. “não surge da mente após” um exemplo singular de sequência, mas só depois de repetidos exemplos, dessa mesma sequência; pois não é uma observação única, nem um único resultado de experiência que nos apoiamos para confiar plenamente que descobrimos uma causa. Hume questiona a conexão necessária? No entanto, Hume, acredita que os objetos semelhantes têm se mostrado sempre em relação semelhantes de contiguidade e sucessão. O autor refere que assim, como os nossos sentidos nos mostram um exemplo de dois corpos, ou movimentos, ou qualidade, em determinadas relação de sucessão e contiguidade, assim também nossa memória nos apresenta apenas uma multiplicidade de casos em que sempre encontramos corpos movimentos, ou qualidades semelhantes, em relações semelhantes. (HUME, 2009, p. 117).

Afirma Hume, os objetos se encontram presentes no sentido junto com a relação que assim pode-se chama de percepção. No entanto a mente possui observações que podem ser de tempo e espaço e também de identidade segundo o

autor a mente não consegue pensar além do que apresenta nos sentidos dos sentidos.

Para Hume, da mera repetição de uma impressão passada, mesmo ao infinito, jamais surgirá uma nova ideia original, tal como a de uma conexão necessária: Um grande número de impressões não tem, neste caso, um efeito maior que se confinássemos a apenas uma. Hume afirma que após a descoberta da conjunção constante entre dois objetos ocorre uma inferência e uma transição da impressão da ideia. Para isso Hume também questiona se a inferência depende da conexão necessária, ou é a conexão necessária que depende da inferência. Para o autor a transição que se realiza de uma impressão, presente à memória ou aos sentidos, para a ideia de um objeto que denominamos causa e efeito está fundada na *experiência* passada e em nossa lembrança de sua *conjunção constante*. Outra questão é: a experiência produz a ideia por meio do entendimento ou da imaginação? Hume (2009, p. 117). Responde essa questão afirmando que é a razão que nos determina a fazer a inferência, ou certa associação e relação de percepção? Se fosse a razão, ela o faria com base no princípio de que *os casos que não tivermos a experiência devem se assemelhar aos casos de que tivermos experiência, e o curso da natureza continua sempre uniformemente o mesmo*.

Concluindo a única conexão ou relação de objetos capaz de nos levar para além das impressões imediatas de nossa memória e sentidos é a de causa e efeito: e a ideia de causa e efeito é derivada da experiência, que nos informa que tais objetos particulares, em todos os casos passados, estiverem em conjunção constante um com outro. (HUME, 2009, p. 119).

Prossegue Hume, afirmando que a crença é algo mais que uma simples ideia é uma maneira particular de formar uma ideia. E como a mesma ideia só pode ser alterada por uma alteração em seus graus de força e vividez, segue-se de tudo o que foi dito, que a crença é uma ideia vívida produzida por uma relação com uma impressão presente. Para o autor essa operação da mente que gera a crença em um fato que parece ter sido até hoje um dos maiores mistérios da filosofia.

Os elementos expostos anteriormente sobre o pensamento de David Hume, em sua filosofia, propunha uma forma de conhecimento a partir da experiência, usou a experiência para compreender o mundo. O autor afirma que a causalidade é a forma que o homem possui para recordar através da experiência a existência de algum objeto e com isso, ocorre às formas de impressões que o homem tem nos

sentidos, a relação de causa e efeito. Hume elabora, uma ciência sobre as causas e poderes ocultos das coisas e, nesta especulação, tem como caminho o combate a metafísica em geral. Pois o autor duvidava das certezas que os seres humanos criam para si, ou das verdades que eles seriam capazes de suportar. É nas investigações sobre entendimento humano que o autor propôs questionar os limites das capacidades humanas na sua tentativa de conhecer o mundo.

4.2 EMPIRISMO E A MORALIDADE EM HUME

A proposta de investigação é a natureza humana. Pode-se questionar qual objeto de estudo do *Tratado da Natureza Humana*. Cabe afirmar que o objeto de estudo do *Tratado* é a natureza humana. No entanto Hume, na obra o *Tratado* formula a questão sobre a fundamentação moral, encontra-se no *Tratado* os pressupostos para compreender a teoria moral de David Hume.

Na história da filosofia e durante um longo período esteve em pauta a questão da moralidade e os filósofos procuraram responder essa questão. A pergunta assim formulada: Qual é a origem da moral? Hume sobre essa questão encontra caminhos significativos para resolução: a razão e a sensibilidade. Para Hume, o que significa a moral ter origem na razão ou na sensibilidade? . Então se a moral tem origem na razão pode-se dizer que são noções de ações, de certo ou errado, como pronunciariam os racionalistas e com isso, o ser humano não dependeria da experiência sensível, entre as paixões, cultura e gosto.

A partir desse momento é necessário apontar as perspectivas de Hume nos assuntos morais e relacionar com os objetivos do presente estudo. Da mesma forma a pergunta: qual o desempenho do método empírico na filosofia Humeana? A filosofia empirista sobre as distinções morais compreende que essas estão relacionadas diretamente com a natureza humana e certamente depende dela. Com isso, é o que justificaria o uso do método empírico na construção de teorias morais. Hume desenvolve uma explicação sobre o método empírico no *prefácio do Tratado* e desenvolve uma defesa dessa teoria. Como o autor aborda esse método? Hume afirma que a essência da mente nos é tão desconhecida quanto a essência dos corpos externos. Sendo assim, Hume, não identifica outra maneira do homem obter conhecimento sobre ambas, exceto através do método empírico. Mas nesse momento, é indispensável relevar de que maneira o método poderia ser utilizado a

essa investigação e como estruturar os fundamentos morais justificando em elementos empíricos. Hume afirma que é apenas com “experimentos cuidadosos e precisos, e da observação dos efeitos particulares e resultantes de suas diferentes circunstâncias e situações”. (HUME, 2009, p. 22-23). Assim, o homem pode obter conhecimentos nos assuntos morais.

Embora devamos nos esforçar para tornar todos os nossos princípios tão universais quanto possível, rastreando ao máximo nossos experimentos, de maneira a explicar todos os efeitos pelas causas mais simples e em menor número, ainda assim é certo que não podemos ir além da experiência. (HUME, 2009, p. 22-23).

De acordo com Hume, a experiência para o homem oferece uma pluralidade de situações e possibilidades para informações valiosas e com precisões. Porém não constituirá um princípio eterno e imutável. Para o autor nenhuma ciência pode ir além da experiência, mas quando o autor trata da filosofia moral afirma que não é possível realizar experimentos e analisar situações, e observar o comportamento de objetos como qualquer ciência. Então, o que Hume, pretende afirmar é que o homem deve ser analisado em sua vida cotidiana.

Prossegue Hume (2009, p. 24) “nessa ciência deve-se reunir experimentos mediante a observação cuidadosa da vida humana, tomando-os tais como aparecem no curso habitual do mundo, no comportamento dos homens em sociedade, em suas ocupações e em seus prazeres”, e se esses experimentos forem criteriosos “podemos esperar estabelecer, com base neles, uma ciência, que será inferior em certeza, e será muito superior em utilidade, a qualquer outra que esteja ao alcance da compreensão humana”.

Então, como é possível investigar os fundamentos da moralidade. Hume aborda a teoria moral no Livro III do *Tratado* e na *segunda investigação*.

O autor estabelece importantes argumentos relacionados a moralidade nas suas obras questionando se os fundamentos da moral possuem origem na razão ou no sentimento anteriormente citados, mas Hume, entende que os juízos morais, como outra qualquer ação da mente do ser humano, são compreendidos sob termo *percepção*. E as percepções, por sua vez, se reduzem a *impressões e ideias*.

Hume, afirma ainda que (2009, p. 496) as impressões e ideias se distinguem por sua força e vividez. As impressões são percepções mais fortes, como

sensações, afetos, e sentimentos. As ideias, por sua vez, são as percepções mais fracas, ou cópias das impressões gravadas na memória ou imaginação.

Para Hume, toda a diferença consiste em que a razão superior do ser humano pode servir para descobrir o vício ou a virtude. O autor refere que se existe a possibilidade de torná-la evidente, pode-se concluir que a moralidade não é objeto da razão.

Hume trata a questão sobre a fundamentação moral e encontra-se da seguinte forma “*Será por meio de nossas ideias ou impressões que distinguimos entre o vício e a virtude, e declaramos que uma ação é condenável ou louvável?*” (HUME, 2009, p. 496).

Hume defende como exemplo uma ação reconhecida como viciosa: O homicídio voluntário, o autor examina essa questão e tenta encontrar a existência real de *vício*. O filósofo afirma que o ser humano encontra somente certas paixões, motivos, volições e pensamentos. Dessa forma Hume (2009, p. 508) destaca que não há nenhuma questão de fato nesse caso. O vício escapa-nos por completo, enquanto consideremos o objeto. Não encontraremos até dirigirmos nossa reflexão para nosso próprio íntimo e darmos com um sentimento de desaprovação, que se forma em nós contra essa ação. O fato aqui é objeto de sentimento não de razão. Está em nós não no objeto. Sendo assim, quando o ser humano declara que uma ação ou caráter são viciosos, tudo que se quer dizer é que essa natureza experimenta uma sensação ou sentimento. De censura quando os contempla. Concluindo, o vício e a virtude podem ser comparados a sons, cores, calor e frio, os quais, segundo a filosofia moderna, não são qualidades nos objetos, mas percepções na mente.

Assim, o autor pode afirmar que o vício e a virtude não podem ser descobertos unicamente pela razão ou comparação de ideias, deve ser por meio de alguma impressão ou sentimento. Portanto a moralidade é propriamente sentida do que julgada. Embora essa sensação ou sentimento seja brando e suave que é capaz de confundir com uma ideia de acordo com o costume de considerar tudo que é muito semelhante uma coisa só. Para Hume (2009, p. 510) a impressão derivada da virtude é agradável e simplesmente *sentir* uma satisfação de um determinado tipo pela contemplação de um caráter. Porém, e o que procede do vício é desagradável.

No livro III do *Tratado* Hume, reconhece as diversas propostas sobre a moral realizadas pelos filósofos de todas as épocas. Mas Hume, contrapõe desenvolvendo

sua teoria e o autor na tentativa demonstrar que a razão e o sentimento possuem papéis importantes nos juízos morais e com essa perspectiva do fundamento último da moral esta na sensibilidade. Hume coloca essa possibilidade entendimento, nessa passagem;

O bem e o mal morais certamente se distingue por nossos *sentimentos*, não pela razão: mas esses sentimentos podem surgir, seja do simples aspecto e aparência de um caráter ou paixão, seja da reflexão sobre sua tendência a trazer o bem da humanidade e dos indivíduos. Minha opinião é que essas duas causas se entrelaçam em nossas decisões acerca de quase todos os tipos de beleza exterior. Mas também sou da opinião de que a reflexão sobre as tendências das ações tem de longe a maior influência e determinada as grandes linhas de nosso dever. (HUME, 2009, p. 629).

Hume, nessa passagem afirma que de certa forma é necessário resgatar a razão e que possui lugar na sua teoria e ainda a importância da razão e do sentimento para o ser humano, de certa forma é essa determinação dos juízos morais. O autor ressalta alguns argumentos para que a razão ou sentimentos como fundamentos da moral e confirma que a razão e os sentimentos estão presentes em praticamente todas as decisões morais. Hume, comenta nessa reflexão filosófica sobre os princípios da moral e que só podem estabelecer um sentimento interno e universal. Para Hume, a razão possui um papel importante na deliberação moral.

Sobre a moralidade Hume, refere que teria uma influência sobre as ações e os afetos, seguindo-se daí que esta não pode ser derivada da razão, por que a razão, por si só, é inteiramente impotente quanto a este aspecto. As regras da moral, portanto, não seriam conclusões da nossa razão. (HUME, 2009, p. 497).

Se a moralidade não tivesse naturalmente nenhuma influência sobre as paixões e ações humanas, seria inútil fazer tanto esforço para inculcá-la; e nada seria mais em vão do que aquela profusão de regras e preceitos tão abundantes em todos os moralistas.

Hume considera (2004, p. 498) que a razão é totalmente inativa e nunca poderia ser a fonte de um princípio ativo como a consciência ou senso moral. Pode-se dizer, porém, que embora nenhuma vontade ou ação possa contradizer imediatamente a razão, tal contradição pode ser encontrada em alguns concomitantes da ação, a saber, em suas causas ou efeitos. A razão, no sentido filosófico, pode influenciar nossa conduta, despertando paixões, quando nos informa sobre algum objeto que nos é objeto de paixão, ou descobrindo a conexão de causas e efeitos, de modo a nos dar meios de exercer uma paixão qualquer.

(HUME, 2004, p. 498-499). Para complementar, Hume afirma que em resumo é impossível que a distinção entre o bem e o mal morais possam ser feitas pela razão, já que essa distinção influencia nossas ações, coisa de que a razão por si só é incapaz.

Para concluir esse capítulo, a saber, conforme Hume, corroborando com os outros autores citados anteriormente, a razão possui um papel apreciável nas distinções morais. No entanto, a razão por si só não é capaz de estimular o homem ou até mesmo provocar uma distinção entre valores morais sem o apoio de determinado sentimento. No entanto, a teoria moral de Hume, ao evidenciar que a razão sozinha não é capaz de descobrir a virtude e o vício das ações. Mas acredita que o vício e a virtude não são propriedades dos objetos, mas percepções da mente e assim existem relações ou sentimentos que indicam aos homens ações boas ou más. Para concluir com Hume então a razão não pode ser o fundamento da moral.

No próximo capítulo pretende-se justificar moralmente, o suicídio. Neste contexto Hume afirma que os juízos morais, como qualquer outra ação da mente é compreendido sob o termo percepção, e eles se reduzem as impressões, ora mais fortes chamadas de sensações, afetos e sentimentos e por sua vez neste contexto as ideias para o autor são as percepções mais fracas, no entendimento do mesmo, essas percepções são cópias das impressões fixadas na memória.

5 O SUICÍDIO E A JUSTIFICABILIDADE EM HUME

Neste capítulo apoiados na base filosófica Humeana, as considerações apontam para a temática da justificabilidade do suicídio. Associados a moralidade as emoções e a razão. Nesse sentido os sentimentos oferecem certas diretrizes para compreender a análise desse capítulo. O Tema “Do suicídio” de David Hume, obra publicado como Dissertações e encontra-se igualmente nos Ensaios, Morais, Políticos e Literários. Hume tem em mente uma análise importante sobre a moralidade que para o autor teria uma influência sobre as ações e os afetos, seguindo-se daí que esta, não pode ser derivada da razão, por que a razão, por si só, é inteiramente impotente quanto a este aspecto. As regras da moral, portanto, não seriam conclusões da nossa razão.

E se a moralidade não tivesse naturalmente nenhuma influência sobre as paixões e ações humanas? Na teoria Humeana (2009, p. 500) “um homem que se engana quanto ao poder de algum objeto de produzir dor ou prazer ou que desconhece os meios para sanar algum desejo é antes digno de pena que de censura”. Quanto aos juízos que são falsos por consequência de determinadas ações também não podem ser consideradas origem da imoralidade.

Hume afirma que as ações que causam juízos falsos, por sua vez, ocorrem de forma acidental ou não planejada. Quando juízos falsos as ações contrarias à verdade e à razão. O autor afirma que o individuo ao observar suas ações acredita que essas ações não causam nenhum juízo, a ele seja verdadeiro ou falso, no próprio individuo e sim tem tal efeito nas outras pessoas. Certamente, há diversas ocasiões em que ações podem gerar falsas conclusões por parte dos outros. Portanto, torna-se impossível que a distinção entre o bem e o mal morais possa ser feita pela razão, já que essa distinção influencia nossas ações, coisa que a razão por si só é incapaz. Para Hume, a razão e o juízo podem, ser a causa mediata de uma ação, estimulando ou dirigindo uma paixão; Porém não é possível afirmar que um juízo dessa espécie seja acompanhado, em verdade ou falsidade de virtude ou de vício. Na concepção Humeana, quanto aos juízos causados por nossas ações, eles são ainda menos capazes de conferir essa qualidade morais às ações que são suas causas. Nesse sentido afirma Hume, que de certo modo, a filosofia não pode defender a existência dessas eternas e imutáveis adequações e inadequações das coisas. Avaliação de Hume (2009, p. 502-503) sobre as seguintes considerações. Se

o pensamento e o entendimento sozinhos fossem capazes de fixar os limites do certo e do errado, a qualidade do virtuoso ou vicioso teria de estar em algumas relações de objetos, ou então ser uma questão de fato descoberta por nosso raciocínio. Trata-se de uma consequência evidente. Para Hume as operações do entendimento humano se dividem em dois tipos: a) a comparação de ideias b) a inferência de questão de fato, se a virtude fosse descoberta pelo entendimento, teria de ser objeto de uma dessas operações. Hume afirma que não há um terceiro tipo de operação do entendimento capaz de descobri-la. Certos filósofos questionaram e insistiram na opinião de que a moralidade é passível de demonstração. Mas o autor refere que ninguém obteve sucesso após tentativas dessas demonstrações.

Prossegue Hume, uma coisa é conhecer a virtude, outra é conformar a vontade com ela; Portanto para provar que o certo e o errado são leis eternas, obrigatória para toda a mente racional, não basta mostrar as relações que os fundamentam, tem-se que demonstrar também a conexão entre a relação e a vontade, e tem-se que provar adicionalmente que essa conexão é tão necessária que deve ter lugar e exercer sua influência em toda mente bem intencionado, ainda que a diferença entre essas mentes seja, sob outros aspectos, imensa e infinita. (HUME, 2009, p. 505).

Para Hume o vício e a virtude deve consistir em certas relações, já que todos admitem que nenhuma questão de fato é suscetível de demonstração. Ora examinado essa hipótese, e se possível, determinar as qualidades morais que há tanto tem sido objeto de investigações. O autor nesse momento designa distintamente as relações que constituem a moralidade ou obrigações, para que consistem e de que maneira julgá-las.

Segundo Hume, é possível observar que aqueles que afirmam que a moralidade é demonstrável não dizem que ela está nas relações e que as relações são distinguíveis pela razão. Mas afirmam que apenas a razão pode descobrir que uma determinada ação, em determinadas relações, é virtuosa, e tal outra é viciosa. A razão demonstrativa descobre apenas relações. No entanto essa mesma razão descobre também o vício e a virtude.

Neste contexto, Hume afirma que os juízos morais, como qualquer outra ação da mente, é compreendido sob o termo percepção e eles se reduzem a impressões (mais fortes como sensações, afetos e sentimentos) e ideias são as percepções mais fracas ou copias das impressões fixadas na memória. Finalizando

então, a questão sobre a moralidade nos seguintes termos. Para Hume, então diz será por meio de nossas ideias ou impressões que distinguimos entre o vício e a virtude, e declaramos que ação é condenável ou louvável?

O suicídio pertence a uma espécie de ação, e se ele constitui uma ação, ele constitui uma infração ao nosso dever para com o próximo e a sociedade: “Um homem que se retira da vida não causa prejuízo algum à sociedade; ele deixa somente de lhe fazer o bem, o que, se é um dano, é um dano de menor importância. (HUME, 2004, p. 810). Para Hume, o homem possui obrigações de fazer o bem à sociedade com isso, parece implicar alguma reciprocidade. O homem recebe benefícios da sociedade e, portanto esse homem deve promover, seus interesses. Segundo Hume quando o homem condena uma ação, em uma dada situação, a totalidade do complexo objeto, composto da ação e da situação, tem de formar certas relações e nisso que consiste a essência do vício. Portanto, o que uma ação descobre em declarar que uma ação é viciosa. Descobre uma ação ou uma questão de fato.

Os argumentos morais, principalmente aqueles argumentos derivados da justiça de um Deus que supostamente pune vícios e recompensa os virtuosos, se fundam na suposição que Deus tem atributos além dos que ele usou para criar o universo, e somente com estes estamos familiarizados. De onde é inferida a existência desses atributos:

Mas se está claro que existe qualquer propósito na natureza, podemos afirmar que o objetivo e a intenção da criação do homem, até onde podemos julgar pela razão natural, se limitam à vida presente. Com base na estrutura original e inerente de seu espírito e de suas paixões, em que medida deve o homem se preocupar com o que virá adiante? Não se pode comparar, mesmo por uma questão de segurança, ou eficácia, a dificuldade de persuasão de uma ideia tão vaga como a de qualquer questão de fato que ocorre na vida cotidiana, por mais duvidosa que esta seja. (HUME, 2004, p. 818).

No entanto Hume, compreende que existe uma crueldade, e uma certa injustiça da natureza confinar assim todo o nosso saber, bem como todas as nossas preocupações, à vida presente.

Para Hume, se a razão dá ao homem toda uma superioridade em relação aos outros animais as suas necessidades se multiplicam na mesma proporção. No entanto acredita que todo o tempo do homem capacidade, atividade, a coragem e

paixão encontram suficientes necessidades de emprego quando o homem se confronta com a miséria de sua condição atual.

Hume acredita que enquanto a vida ela é digna de ser vivida. Nenhum homem ameaça a tirar a própria vida. Para Hume, o naturalmente o homem possui um horror a morte e afirma que por motivos fúteis nunca aceitará a morte. Hume, afirma sobre:

Ninguém que reconheça que a idade, as doenças ou a má fortuna podem tornar a vida um fardo, e ser até piores que aniquilação, pode duvidar de que o suicídio é muitas vezes compatível com o interesse e com o dever para conosco mesmos. (HUME, 2009, p. 812).

Para Hume o suicídio é muitas vezes compatível com interesse e com dever para o próprio homem, e afirma que nenhum ser humano ameaça tirar a própria vida enquanto há felicidade e que, sem uma razão aparente, tenha recorrido ao suicídio e esse homem foi afligido de uma maneira incurável por uma angustia tão sombria e miserável e que a impressão de que tivesse caído sobre suas responsabilidades todas as desgraças do mundo.

Ao retomar sobre o questionamento sobre a justificabilidade moral para o suicídio em David Hume (2004 p. 804) a presente citação seria suficiente para sustentar uma resposta aceitável: “não existe nenhum acontecimento, por mais importante que seja para nós, que ele tenha subtraído às leis gerais que governam o universo ou para qual ele tenha, em particular, reservado a sua própria ação ou operação imediata” Prossegue Hume, que ruína dos homens, dos estados e dos impérios depende dos variados caprichos ou das mais frágeis paixões dos indivíduos.

Para compreender nitidamente o aspecto das paixões, na teoria humeana, é necessário retomar o Livro II, ou seja os textos que Hume, refere *Das paixões* do *Tratado* o autor desenvolve sua teoria das emoções referindo a natureza causas e efeitos das mesmas. Para Hume nessa passagem os sentimentos ocupam um papel importante e o autor explica sobre as paixões que seriam os elementos afetivos e de uma vida mental, cujo termo empregado é as “paixões”, para designar esses elementos. Para o autor uma paixão é o que é sentido, portanto, o que se sente a partir da agradabilidade ou desprazer a partir de algum estímulo, por exemplo, assim que todo o bem ou todo o mal aparecem, levam a produção de paixões em que se sente seu prazer ou desprazer. (HUME, 2009, p. 451- 473).

Hume, definiu o termo como *paixões* para nomear o que atualmente é chamado de emoções, mas cabe lembrar que na sua época denomina *paixões* o que refere a vida afetiva no Livro II, o texto que encontra-se a investigação de suas influências e características e o que provocam. O autor acerca das *paixões* produz diversas considerações e estão ao longo do Tratado. Hume utiliza também os termos “emoções” e “afetos”. (2009, p. 472- 473). Como entendemos por *paixão* é uma emoção violenta e sensível da mente. O autor aproveita para referir que com a palavra razão afetos, mas que operam mais calmamente sem causar desordem no temperamento. Em relação a sentimentos e afetos; Hume afirma que “alem dessas *paixões* calmas, que com frequência determinam a vontade, há certas emoções violentas da mesma espécie que também têm grande influência sobre essa faculdade”. Quando alguém me causa algum dano, e frequentemente sinto uma *paixão* violenta de ressentimento. (HUME, 2009, p. 453).

No entanto Hume coloca que quando o homem é diretamente ameaçado por um mal opressivo, seus medos, apreensões e aversões se intensificam, produzindo uma emoção sensível.

Cabe lembrar um importante passo na teoria humeana citado no contexto no que se trata de uma linguagem moral ajustada a noções gerais e na compreensão de que as ações do ser humano estão causalmente relacionadas a natureza sensível. Hume ao descrever na sua teoria o conceito de liberdade e necessidade, refere que existem possibilidades de analisar uma teoria causal que mostra uma ligação necessária do homem entre ações e seus motivos. Com isso, Hume afirma que de certa forma a compreensão causal da vontade relaciona o homem a essa constituição sensível. No entanto para Hume a vontade é a impressão interna que sentimos e de que temos consciência e para o autor (2009, p. 435) é quando deliberadamente o homem gera um novo movimento no corpo ou uma nova percepção na mente. Sendo assim, se compreender liberdade como um agir de acordo com a vontade, certamente o homem é livre. Em contrapartida a vontade ela mesma não é livre.

A partir desta breve descrição humeana. sobre as *paixões*, é possível questionar a ideia de Hume sobre o exercício de liberdade original e se é ou não livre de superstições e da timidez natural devido a superstição, que faria evitar o suicídio:

[...] e não é surpreendente que, quando a ameaça da superstição, somada a esta timidez natural, os homens se vejam completamente privados de qualquer poder sobre suas vidas, ainda que a maioria dos prazeres e divertimentos aos quais somos induzidos por uma forte inclinação, nos seja arrancada por esta desumana tirana. (HUME, 2004, p. 802).

Hume afirma que não há surpresas quando à ameaça da superstição se soma a timidez natural e os homens se vejam completamente privados de qualquer. Hume sobre o exercício de liberdade original, examina os argumentos contra o suicídio. E se o suicídio é um crime então ele deve constituir uma transgressão para com Deus ou para com o próximo ou para conosco mesmos?

A questão do suicídio, porém, algo carregado deste caráter de emoções, pode ser libertado de qualquer imputação, culpa ou censura. Para Hume (2009, p. 802), é dado restituir aos homens a sua liberdade original pela qual, examinando todos os argumentos habitualmente apresentados contra o suicídio e mostrar que este ato, como já acreditavam os filósofos antigos, pode sim, ser libertado de tais imputações.

Para Hume, o suicídio não representaria uma transgressão do dever do homem para com Deus;

Para governar o mundo material, o criador todo-poderoso fixou leis gerais e imutáveis, segundo as quais todos os corpos, desde o maior dos planetas até a mais diminuta partícula da matéria, são mantidos em sua esfera e funções próprias. Para governar o mundo animal, ele dotou todas as criaturas vivas de faculdades físicas e mentais; com sentidos, paixões, apetites, memórias e juízos pelas quais eles são impelidos ou acomodados ao curso de vida que se destinam. (HUME, 2004, p. 803).

É demonstrado isto, a partir de duas considerações: Sendo a primeira para governar o mundo material, o criador todo-poderoso fixou leis gerais e imutáveis, segundo as quais todos os corpos, desde o maior dos planetas até a mais diminuta partícula da matéria, são mantidos em suas funções próprias. A segunda consideração é que, Hume acredita que toda ordem do universo obedece a uma sabedoria suprema, deste modo, governaria todas as coisas através de leis gerais e imutáveis, que foram estabelecidas desde o início dos tempos, de certa forma, todos os acontecimentos, então, podem ser considerados uma ação do todo-poderoso.

De certa forma, em seus argumentos sobre o suicídio (HUME, 2004), contrapunha as ideias de, Aristóteles e de Santo Agostinho. Observa-se que para ele, não faz sentido o suicídio ser contrário às leis divinas, pois se Deus criou a

natureza, o suicídio seria algo previsto nas leis da natureza e, se a lei da natureza foi criada por Deus, o suicídio faria parte da lei da natureza.

Em seus Ensaios Morais, Políticos e Literários, Hume afirma que uma das vantagens da filosofia residiria em ser esta um antídoto eficaz contra a superstição e a falsa religião. Ele traz considerações para demonstrar que o suicídio não representa uma transgressão de nosso dever para com Deus.

O autor prossegue complementando que quando uma filosofia sólida toma conta do espírito, a superstição é eficientemente banida, e se o dispor da vida humana fosse algo reservado apenas à autoridade do todo-poderoso, sendo considerado uma violação da lei o homem dispor de sua própria vida, seria tão criminoso agir para preservação da vida quanto para sua destruição. Pois se evita que uma pedra caia na minha cabeça, também estou perturbando o curso da natureza e invadindo o domínio particular do todo-poderoso, prolongando minha vida além do período que, pelas leis gerais da matéria e do movimento, ele tinha me atribuído. (HUME, 2004, p. 806).

As faculdades dos homens ou dos demais animais são limitadas e orientadas conforme a natureza e as características dos corpos circundantes, e as alterações, ações destes corpos, são incessantemente modificadas pela intervenção de todos os demais animais. Os rios impedem o deslocamento dos homens sobre a superfície da terra, mas quando adequadamente conduzidos, emprestam sua força para o movimento da máquina, servindo para o uso dos homens. (HUME, 2004, p. 803).

Este entendimento considera que os elementos e as partes inanimadas da criação continuam a agir sem levar em conta os interesses e as situações particulares dos homens e suas faculdades, que tem limitações e sofrendo inevitáveis modificações e intervenções de toda ordem.

Assim, todos os acontecimentos podem ser considerados uma ação do todo-poderoso, já que todos tem sua origem naqueles poderes com os quais ele dotou suas criaturas e a providência divina, não seria mais responsável pela ruína de uma casa que cai sob o efeito do seu próprio peso, sendo então que estes acontecimentos podem acontecer aos homens. (HUME, 2004, p. 803-804).

O desenvolvimento apresentado por Hume, embora somente a morte possa pôr um termo definitivo à sua desgraça, o homem supersticioso não ousa fugir para este refúgio e, levado por um vão temor de ofender seu criador, prolonga uma

existência miserável, usando o poder do qual aquele ser beneficente dotou. (HUME, 2004, p. 802). Os presentes de Deus e da Natureza nos são arrebatados por esta cruel inimiga e ainda que um único passo bastasse para nos afastar da dor e da aflição, as ameaças da superstição ainda nos amarrariam a uma existência ódios, de cuja miséria ela proporia constitui a principal causa.

[...] devido às calamidades da vida, obrigados à necessidade de empregar este remédio fatal e que, o cuidado inoportuno de seus amigos salvou desse tipo de morte que propuseram a si próprios, conforme dizem, dificilmente ousariam fazer outra tentativa ou, apelaria uma segunda vez a essa resolução, a fim de executar seu propósito. (HUME, 2004, p. 802).

Hume refere que é tão grande e assustador o medo da morte que quando ela se apresenta sob algumas e diferentes formas daquelas que o homem imagina, ela adquire um novo terror, superando toda a frágil coragem da imaginação.

Partindo da consideração sobre a importância que Hume, dá à vida humana: a vida de um homem não tem maior importância para o universo do que a vida de uma ostra. Hume (2004, p. 806). E ainda que tivesse uma importância tão grande, a verdade é que a ordem da natureza a submeteu à prudência humana, obrigando-nos a tomar decisões a seu respeito a cada momento.

Na continuidade desta elaboração, questiona-se se suicidar-se é submeterem-se à providência pelas próprias mãos? Para responder a esta pergunta, a pesquisa identifica na sequência literária, que Hume levanta questionamentos se não seria um crime desviar o Nilo ou o Danúbio de seu curso, se eu fosse capaz de realizar tal propósito.

[...] o que há de criminoso então, em desviar algumas gotas de sangue de seus canais naturais! Pode-se imaginar que me queixo da providência ou que amaldiçoio minha criação por dispor da minha vida e colocar um termo numa existência que se, se prolongasse, me tornaria miserável? Longe de mim tais sentimentos. Estou apenas convencido de uma questão de fato, cuja possibilidade é inegável, a saber, que a vida humana pode ser infeliz, e que se minha existência se prolongasse mais, tornar-se-ia indesejável! (HUME, 2004, p. 807).

Hume no seu entendimento agradece á providencia, entende que já desfrutou de um bem e pelo poder que a providência já dotou para escapar de outros males que o ameaçaram. Hume acredita que o homem não deve lamentar-se contra a providência e quando isso ocorre serve apenas para aqueles que acreditam tolamente, não ter semelhante poder, e que se deve prolongar uma vida odiosa.

Para Hume, a submissão à providência, que exige diante de qualquer calamidade a que estamos sujeitos, não exclui a habilidade e a capacidade humana, se por meio destas posso evitar ou escapar dela. No entanto para Hume (2004, p. 807) a questão assim formulada e por que não posso empregar um remédio tanto quanto posso empregar outro qualquer? Então suicidar-se é submeter-se a providência pelas próprias mãos?

Hume questiona (2004 p. 807) se a minha vida não me pertencesse, seria um crime então de minha parte pô-la em risco, ou mesmo dispor dela; o autor acredita que nenhum homem que por motivos diversos gloriem ou amizade exposto aos perigos poderia merecer o título de *Herói*, da mesma forma outro que por motivos idênticos seria chamado de *miserável ou desgraçado*.

Prossegue Hume, não existe ser algum tenha um poder ou faculdade que não receba de seu criador nem que, por mais irregulares suas ações, seja capaz de perturbar o plano da providencia ou colocar em desordem o universo. Portanto para Hume, todas as ações são igualmente inocentes ou igualmente criminosas. Para Hume, o suicídio não poderia ser contrário às leis divinas, uma vez que Deus teria criado a natureza, sendo o suicídio algo previsto nas leis da mesma, sendo assim o suicídio parte destas mesmas leis. E afirma que o suicídio não é um ato imoral. Se o suicídio pertence a uma espécie de ação e se ele constitui uma infração ao nosso dever para com o próximo e para com a sociedade? O autor acredita que um homem que se retira da vida não causa prejuízo algum a sociedade, acredita que homem levando em conta a idade, a produtividade as enfermidades, e suas condições miseráveis, ou se tornou um fardo para a sociedade. Nesse caso minha renuncia à vida deverá ser então não somente inocente, mas também louvável.

Nesta passagem já se pode trazer à tona o cerne da questão inicial desta dissertação. O ato do suicídio resultante de um grande conflito ou sofrimento, é um fato que passa pela vontade do indivíduo, uma maneira de rejeitar uma morte que se teme, ou seja, um atributo da natureza humana. Entretanto, Hume acredita que nenhum homem já ameaçou tirar a própria vida enquanto ela era digna de ser vivida. O suicídio pode ser a afirmação final da liberdade humana.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término dessa dissertação com a temática **o suicídio** pertinente complexo, intenso como é o ser humano e, o mesmo se apresenta na sociedade contemporânea. Defendi de certa forma, a justificabilidade moral à vida pelo sim, um apelo a continuidade. Acredito que o suicídio não é uma resposta aceitável a realidade e ao desespero, por sua vez é uma fuga do homem dos problemas, dores e crises pessoais contextuais da sociedade, das responsabilidades do seu próprio destino. No entanto, quando o sofrimento é contínuo e não há mais esperanças, encontra como uma solução para eliminar as dores do mundo. Como objetivo principal desta dissertação foi refletir acerca do suicídio na teoria de David Hume e demonstrar como este tem a possibilidade de justificação moral a partir desta. O estudo percorreu o contexto histórico e estatístico reafirmando dados relevantes sobre os casos de suicídio, segue com uma perspectiva da saúde, da sociedade. E responder à questão filosófica proposta inicialmente prosseguir nas argumentações da obra *Tratado da Natureza Humana* e dos Ensaios Literários, Morais e Políticos do citado filósofo. Cabe lembrar um importante passo na teoria Humeana argumentos do contexto no que se trata de uma linguagem moral ajustada a noções gerais e na compreensão de que as ações do ser humano estão causalmente relacionadas à natureza sensível. Ao tornar essa questão da justificabilidade moral do suicídio, foi possível percorrer pela fundamentação moral pautada na razão e na sensibilidade.

Hume em seu ceticismo, também questiona a autonomia e a liberdade do sujeito frente à própria vida. Ao tornar essa questão ponto de análise e a possibilidade de refletir sobre a existência humana contextualizando conforme os objetivos desta dissertação, frente a temática. Com isso, evidenciar a moralidade e que ela deve estar nas noções certas ou erradas que impedem nossa experiência sensível das paixões, ações. O que lhe confere, é a reunião e comparação de experimentos a partir da observação cuidadosa da vida humana, tornando tais como aparecem no curso habitual do mundo, no comportamento dos homens em sociedade, em suas ocupações e em seus prazeres. Ao analisar os argumentos de Hume, sobre a liberdade foi possível chegar a conclusão de que para o autor o homem é livre. Mas possui limitações. O homem pode agir sim, conforme sua vontade, mas sua vontade não pode ser considerada livre em si. Considero que nesse sentido como hipóteses para tentar responder questões estão as escolhas e

tomadas de decisões, sim homem é livre mas para tanto implica sua realidade no estado psíquico, emoções, sentimentos, nas suas responsabilidades e consequências das suas ações.

Hume aplica até as últimas consequências os postulados do empirismo clássico e faz à crítica da noção de conexão necessária da causalidade. O ceticismo é sua principal característica, tendo como caminho e através da experiência, elabora então uma ciência sobre causas. Hume acredita numa filosofia sólida banindo toda a superstição, então, pode-se perceber que para Hume, o suicídio não representa uma transgressão do dever do homem para com Deus e demonstra isto Como destaque principal, em seus argumentos sobre o suicídio, David Hume (1711-1776). Para Hume o suicídio não poderia ser contrário às leis divinas, uma vez que Deus teria criado a natureza, sendo o suicídio algo previsto nas leis da mesma, sendo assim o suicídio parte destas mesmas leis. E afirma que o suicídio não é um ato imoral.

Como segunda consideração demonstra que o suicídio não representa uma transgressão de nosso dever para com Deus, ele coloca que toda ordem do universo obedece a uma sabedoria suprema, Esta governaria todas as coisas através de leis e que foram estabelecidas desde o início dos tempos, de certa forma, todos os acontecimentos, inclusive o suicídio, então, podem ser considerados uma ação do todo-poderoso. Finalmente, se todos os acontecimentos podem ser considerados uma ação do todo-poderoso, já que todos têm sua origem naqueles poderes com os quais ele dotou suas criaturas e a providência divina sendo então que estes acontecimentos podem acontecer aos homens.

Hume afirma que naturalmente espera-se pela morte em algum tempo futuro e imprevisível, antecipado pelo o suicídio a capacidade do indivíduo para prosseguir, através de um processo de pensamento até a decisão final. A descrição do suicídio e essa morte violenta sob a perspectiva na área da saúde, fica assinalada que a tentativa de suicídio (ou ato seguido de morte) deve ser considerado uma emergência médica. Ele é o produto de uma doença, geralmente mental, com frequência associada à alteração dos estados neurobioquímicos, involuntário e não deliberativo, como resultante de fatores sobre os quais o indivíduo não tem nenhum controle, sendo a depressão, a doença mental ou alteração nos estados neurobioquímicos que causam o suicídio.

Quanto à Sociologia, o sociólogo Durkheim (2003) preconizou o suicídio como um fato de natureza social em que cada sociedade, em cada tempo, manifesta

uma disposição para o suicídio. Durkheim associou o comportamento suicida ao grau de coesão social ao indivíduo em diferentes culturas e grupos sociais, apontando o homem nessa mudança e o seu papel nos contextos familiares, o Estado, deixaram de ser integradores sociais, permanecendo assim aberta uma lacuna de necessidades humanas que abriu espaço para o aumento do número de suicídios.

Ao contextualizar sobre suicídio nas disciplinas de filosofia, observou-se primeiramente a diferença sobre o tema e finalmente, esta dissertação traz como considerações finais, evidenciadas na teoria de Hume, que a moral não é propriamente objeto do entendimento, porém do gosto e do sentimento. Sobre os raciocínios morais, portanto, referindo-se tanto a fatos particulares como gerais, visam provar a existência de Deus. Sobre a razão, próprio Hume descreve que aqueles que têm propensão para a filosofia continuarão ainda suas pesquisas, por que refletem que, além do prazer imediato que acompanha tal ocupação, as decisões filosóficas nada mais são do que reflexões sobre a vida cotidiana, metodizadas e corrigidas. Visto que não podemos dar uma razão satisfatória sobre o porquê acredita-se, depois de mil experimentos, que uma pedra cairá ou que o fogo queimarão, podemos esclarecer-nos sobre qualquer resolução sobre a origem dos mundos e o estado da natureza desde a eternidade e para a eternidade?

Para finalizar a sociedade nega a morte, como, fim da vida, a morte é totalmente temível, inaceitável ela nos retira dos outros, nos corta com os que vivemos, esse é o temido medo até de falar sobre a morte. Considero necessário esse diálogo, essa reflexão como uma transformação na sociedade tendo início na infância, no ambiente escolar com educadores, com a família. Assim, como profissional da educação e da saúde, como profissional da saúde e com uma percepção ao atendimento humanizado e ético, e a proposta de olhar para sujeito singular, seja na saúde ou na doença. O estudo sobre o suicídio certamente não encerra aqui como um fenômeno no contexto social e filosófico, mas o respeito na escolha extrema do ato seja pelo transtorno mental ou pela determinação, pela liberdade e a moralidade. A temática acrescentou nesse longo período, a cada texto, cada momento o crescimento, o discernimento e um apelo pela continuidade da vida e, à medida que o tempo foi passando envolto as alegrias, as perdas, tristezas, as dores e por fim o término.

Certamente essa questão terá continuidade no meio social e filosófico e ainda a necessidade de divulgar e compreender o suicídio. Contudo a possibilidade de interagir com confiança, será através do conhecimento e da valorização da vida e a compreensão do fenômeno do suicídio, fato carregado de emoções, paixões e sensibilidade. O tema suicídio foi buscar nas paixões sentimentos que descobrem que é a razão um papel importante na moralidade é a partir disso que Hume, afirma que a razão é incapaz de estruturar a moralidade como um fundamento sólido. Mas Hume, afirma que encontra-se na natureza sensível do ser humano uma base sólida para construir a verdadeira base da moralidade.

Quanto a justificabilidade moral do suicídio, Hume, afirma “o ato do suicídio resultante de um grande conflito ou sofrimento, é um fato que passa pela vontade do indivíduo, uma maneira de rejeitar uma morte que se teme, ou seja, um atributo da natureza humana”. Entretanto, Hume, acredita que nenhum homem já ameaçou tirar a própria vida enquanto ela era digna de ser vivida. O suicídio pode ser a afirmação final da liberdade humana. Para Hume, o suicídio não poderia ser contrário às leis divinas, uma vez que Deus teria criado a natureza, sendo o suicídio algo previsto nas leis da mesma, sendo assim o suicídio parte destas mesmas leis. E afirma que o suicídio não é um ato imoral.

Haverá necessidades de abordagens continua e intensivas na prevenção do suicídio através da educação continuada, participação de equipe multidisciplinar, dos programas em saúde, promoção à saúde e assistência abrangendo a população e a sociedade, e as redes sociais. Acredita-se que, com isso, haverá uma mudança significativa quanto mais difícil delicado o tema, mais se deve abordar, e assim refletir sobre a vida e a morte. A inteligência dá aos seres humanos a capacidade de escolher viver ou morrer racionalmente fins e meios, isto é, a insuficiência da programação instintiva junto com a inteligência racional oferece aos seres humanos uma característica que está no coração de toda a vida moral: a autonomia. O ser humano é capaz de escolher um projeto de vida e escolher também os meios para o realizar aqui e agora. O ser humano tem, de adaptar-se, não ao seu meio, mas ao mundo, e para isso suas respostas não podem ser meramente naturais, mas precisam ser responsáveis ou morais. Hume, para provar que o certo e o errado são leis eternas, obrigatória para toda a mente racional, não basta mostrar as relações que os fundamentam, tem-se que demonstrar também a conexão entre a relação e a vontade, e tem-se que provar adicionalmente que essa conexão é tão necessária

que deve ter lugar e exercer sua influência em toda mente bem intencionada, ainda que a diferença entre essas mentes seja, sob outros aspectos, imensa e infinita.

Para concluir a colocação do filósofo sobre a felicidade quando afirma que não é uma dádiva, e sim a recompensa de um esforço constante e bem orientado. Hume afirma que a temática sem dúvidas é uma reflexão sobre esse atributo singular do homem que abrange o conjunto dos sistemas de dever-ser e o comportamento humano. É um assunto para filosofia manter o dialogo em aberto.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, A. **O deus selvagem**: um estudo do suicídio. Tradução de Sônia Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- EUA. Associação Psiquiátrica Americana. DSM-IV: **Manual de diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 4. ed. Tradução de Cláudia Dorneles. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- BERKELEY, G. Tratado sobre os princípios do conhecimento humano. *In*: BERKELEY, G. **Ensaio morais políticos e literários**: David Hume. Tradução de Antonio Sergio. 5. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1992.
- BERTOLETE, J. M. **Prevenção do suicídio**: perspectivas da OMS. **Revista Médica de Minas Gerais**, v. 16, n. 4, supl. 3: 150, 2006.
- BERTOLETE, J. M.; FLEISCHMANN, A. Suicídio e doença mental: uma perspectiva global. *In*: WERLANG, B. S. G.; BOTEAGA, N. J. **Comportamento suicida**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- BERTOLETE, J. M. **O suicídio e sua prevenção**. São Paulo: Unesp, 2013.
- BIBLIOTECA VIRTUAL DE DIREITOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **O que é a OMS?** Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3oMundial-da-Sa%C3%BAde/o-que-e-a-oms.html>. Acesso em: 21 jan. 2014.
- BORGES, V. R.; WERLANG, B. S. G. Estudo de ideação suicida em adolescentes de 15 a 19 anos. **Estudos de Psicologia**, v. 11, n. 3, p. 345-52, 2006.
- BORGES, V. R.; WERLANG, B. S. G.; COPATTI, M. Ideação suicida em adolescentes de 13 a 17 anos. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 28, p. 110-123, 2008.
- BOTEAGA, N. J.; RAPELI, C. B.; CAIS, C. F. S. Comportamento suicida. *In*: BOTEAGA, N. J. (org.) **Prática psiquiátrica no hospital**: interconsulta e emergência. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BOTEAGA, N. J. *et al.* Comportamento suicida na comunidade: fatores associados à ideação suicida. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 27, n. 1, p. 2-5, 2005.
- BOTEAGA, N. J. Suicídio e tentativa de suicídio. *In*: LAFER, B.; ALMEIDA, O. P.; FRÁGUAS, R. J.; MIGUEL, E. C. **Depressão no ciclo da vida**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- BOTEAGA, N. J., RAPELI, C. B.; FREITAS, G. V. S. de. Perspectiva psiquiátrica. *In*: WERLANG, B. G.; BOTEAGA, N. J. (org.) **Comportamento suicida**. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

BOTEGA, N. J.; CORREA, H.; BERTOLOTE, J. M. **Comportamento suicida: conhecer para prevenir**. São Paulo: ABP, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Plano Nacional de Prevenção da Violência, 2004-2007. **Portaria n. 2542/GM/dezembro 2005**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

MIORANZA, 1953.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situações de Saúde. **Saúde Brasil 2006: uma análise da situação de saúde no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema de Informações sobre Mortalidade (SVS/SIM/MS). Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRITO, A. N. de B. (org.). **Ética: questões de fundamentação**. Brasília: Ed. da UnB, 2007.

BROWN, R. M. **El arte del Suicidio**. Madrid: Sintesis, 2001.

BROWNE, B. **Beyond the Brink: Somalia's Health Crisis**. Disponível em: <https://www.du.edu/korbel/hrhw/researchdigest/mena/HealthCrisis.pdf>. Acesso em: 1º mar. 2014.

CAMUS A. **O mito de Sísifo**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

CAMUS A. **O mito de Sísifo**. Tradução de Ari Roitman. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

CANTO-SPERBER, M. **Dicionário de ética e filosofia moral**. São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003. 2 v. (Coleção ideias. Dicionários).

CASSORLA, R. M. S. Comportamentos suicidas na infância e adolescência. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 36, n. 3, p. 137-144, 1987.

CASSORLA, R. M. S. Considerações sobre o suicídio. *In*: CASSORLA, R. M. S, (coord.). **Do Suicídio**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1991.

CASSORLA, R. M. S.; SMEKE, E. L. M. Autodestruição humana. **Caderno de Saúde Pública**, v. 10, n. 1, p. 61-73, 2004.

CVV site DATASUS. Banco de Dados do Sistema Único de Saúde. Acesso em: 20 out. 2016.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP) CAMARA BRASILEIRA DO LIVRO. **Do suicídio: estudos brasileiros**. Rosenvelt Moises Smeke Cassorla (coord.). Campinas, SP: Papyrus 1991.

DE LEO, D.; BERTOLOTE, J.; LESTER, D. La violencia autoinfligida. *In*: KRUG, E. G.; DAHLBERG, L. L.; MERCY, J. A.; ZUVI, A. B.; LOZANO, P. R. (org.). **Informe mundial de la violencia e de la salud**. Washington: Organización Panamericana de la Salud, 2003.

DE LEO, D. Prefácio. *In*: BOTEGA, N. J.; WERLANG, B. G. (org.). **Comportamento suicida**. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

DIAS, G. T.M. História e reflexão sobre as políticas de saúde mental no Brasil e no Rio Grande do Sul. **Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, dez. 2012. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/issue/view/607>. Acesso em: 9 set. 2015.

DURKHEIM, E. **O suicídio**: um estudo sociológico. Rio de Janeiro: Martins Claret, 2002.

DURKHEIM, É. **O suicídio**: estudo de sociologia. Tradução de Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FUKUDA, K.I.M.; STEFANELLI, C. M.; ARANTES, C. E. **Enfermagem psiquiátrica**: em suas dimensões assistenciais. Coordenadora da série Tamara Cainciarullo. 2. ed. São Paulo: Manole. 2017.

FREITAS FILHO, J. I. **Estatísticas de suicídio no Brasil e direito fundamental à saúde mental**. 2008. Disponível em: www.forumseguranca.org.br. Acesso em: ago. 2014.

GABBARD, Glen O. **Psiquiatria psicodinâmica**: baseado no DSM-IV. Tradução de Luciana N. de A. e Jorge Maria Rita Secco Hofmeister. Porto Alegre: Artmed, 1998.

GARFINKEL, B. D.; CARLISON, G. A.; WELLER, E. B. **Transtornos psiquiátricos na infância e adolescência**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

GUIMARÃES, L. ceticismo, naturalismo e sentimentalismo: as contribuições de Hume. **Revista do Instituto Humanista Unisinos**, São Leopoldo: Unisinos, ano XI, Edição 369, ago. 2011. Disponível em: www.unisinos.br/ihu. Acesso em: set. 2019.

HUME, D. **Tratado da natureza humana**: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais. Tradução de Debora Danowski. São Paulo: Ed. da Unesp; Imprensa Oficial do Estado, 2001. Título Original: *A treatise of human nature*.

HUME, D. **Ensaios morais políticos e literários**. Edição, Prefácio e notas Eugene F. Miller. Introdução à Edição Brasileira Renato Lessa. Tradução de Luciano Trigo. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2004.

HUME, D. **Investigação sobre o entendimento humano**. Tradução de Ciro Mioranza. (Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal – 25).

HUME, David. **Ensaio Filosófico sobre o entendimento humano**. 1748.

HUME D. **Do suicídio**. Disponível em: www.c.ufsc.br/conte/txthume-sui.pdf. Acesso em: 10 ago. 2018.

KALINA, E.; KOVADLOFF, S. **As cerimônias da destruição**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

KAPCZINSKI, F.; QUEVEDO, João; IZQUIERDO, I. **Bases biológicas dos transtornos psiquiátricos**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KAPLAN, H. I.; SADOK, J. B. E.; GREBB, J.A.; **Compêndio de psiquiatria: ciências do comportamento e psiquiatria clínica**. Tradução de Dayse Batista. 7. ed. Porto Alegre: Artes médicas, 1997.

LEONI, G .D. Consolação a minha mãe Helvia: da tranquilidade da alma. *In*: MEDEIA, Apokolokyntosis; SÊNECA, Lúcio Aneu. **Estudos Introdutivos**. Tradução de G. D.LEONI. 2. ed. São Paulo: Atena, 1940.

MARQUES, J. O. de. A teoria da causalidade em David Hume. **Revista do Instituto Humanista Unisinos**, São Leopoldo: Unisinos, ano XI, Edição 369, ago. 2011. Disponível em: www.unisinos.br/ihu. Acesso em: set. 2019.

MELEIRO, A; TENG, C.T; WANG, Y.P. Suicídio: estudos fundamentais. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 259-261, 2005.

MENEGHEL, S. N.; VICTORIA, C. G.; FARIA, N. M. X.; CARVALHO, L. A.; FALK, J. W. Características epidemiológicas do suicídio no Rio Grande do Sul. **Revista de Saúde Pública**, v. 38, n. 6, p. 804-810, 2004.

MONTEIRO J. P. **Novos estudos humeanos**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003.

ONUBR. Nações Unidas no Brasil. **Sistema de saúde público brasileiro é referência internacional, diz Banco Mundial**. 2013. Disponível em: <http://www.onu.org.br/sistema-de-saude-publica-brasileiro-e-referencia-internacional-diz-banco-mundial/>. Acesso em: 15 fev. 2017.

NOGUEIRA, Ricardo de Campos. **Saúde da Família: repercussões de projeto de implantação de rede intersetorial de prevenção do suicídio em municípios do Rio Grande do Sul**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2013.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Administração da OMS**. Disponível em: <http://www.who.int/governance/en/index.html>. Acesso em: 18 jun. 2018.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Violência 2006**.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Violência e saúde mental no mundo**. 2004

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Saúde mental: suicídio 2010**.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **O suicídio no mundo**. 2016

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. **Brasil e OPAS/OMS juntos para a saúde global?** 2018. Disponível em:

http://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=3225:brasil-e-opasoms-juntos-para-a-saude-global&catid=848:bra-01-d-noticias&Itemid=371. Acesso em: 18 jun. 2018.

ONU. Organização das Nações Unidas. **A ONU e o meio ambiente**. 2014. Disponível em: <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/>.

PIETRO, D.; TAVARES, M. Fatores de risco para suicídio e tentativa de suicídios: incidência, eventos estressores e transtornos mentais. **Jornal Brasileiro Psiquiatria**, v. 54, n. 2, p. 146-54. 2005.

PUENTE, Fernando Rey. **Os filósofos e o suicídio**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

SANTOS, J.V.T.; RUSSO, M.B.; ROSA, V. *et al.* **Relatório de Pesquisa: cartografias sociais dos crimes e das violências no RS**. Secretaria Estadual da Saúde, 2009.

SENECA. Texto extraído da obra *Consolação a minha mãe Helvia - da Tranquilidade da Alma*. Tradução de Leoni, 1940.

SCHWERTZ, F. I. **O suicídio no mundo e sua abrangência no RS**. Monografia (TCC de Conclusão de Curso de Especialização em Psiquiatria) – Centro de Estudos José de Barros Falcão Clínica São José, Porto Alegre, RS, 2012.

SEMINOTTI, E. P.; PARANHOS, M. E.; THIERS, V. O. **Intervenção em crise e suicídio, análise de artigos indexados**. 2006. Disponível em: <http://www.psicologia.com.pt/artigos/textos/A0297.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.

SHNEIDMAN, E. S. Suicide. *In*: FREEDMAN, A. M.; KAPLAN, H. I.; SADOCK, B. J. (ed.). **Comprehensive textbook of psychiatry - II**. Baltimore: The Williams e Wilkins, 1975.

SMITH, P. J. **O ceticismo de Hume**. São Paulo: Loyola, 1995.

STRAWSON, P. F. **Ceticismo: algumas variedades**. Tradução de Jaimir Conti. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2008.

SOLOMON, P.; PATCH, V. D. **Manual de psiquiatria**. São Paulo: Ática, 2003.

STEFANELLO, S; TAVARES, M. Entrevista sobre o suicídio. **Folha de S. Paulo**, 18 de março, 2010.

STUART, GAIL W. **Enfermagem psiquiátrica: princípios e prática**. Tradução de Dayse Batista. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

TALBOTT, JONH, A.; HALES, Robert E.; YUDOFKY, Stuart C. **Tratado de Psiquiatria**. Tradução de Dayse Batista, Maria Cristina Monteiro Goulart. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

TEIXEIRA, N. L. **Suicídio em face da psicopatologia, da literatura, da filosofia e do direito**. Estudos psiquiátricos médico legal e profilaxia. Rio de Janeiro: Guaíra, 1947.

TRINDADE, A.; PEREIRA,S.; SOARES, R. *et al.* Programa de prevenção ao suicídio em um município do sul do Brasil: estudo de caso. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 17, n. 8, p. 2017-2026, 2012.

VOLTAIRE. **Dicionário Filosófico**. Tradução de Mioranza Ciro e Antonio Geraldo da Silva. São Paulo: Editora Escala, 2006. (Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal).

WERLANG, B. G.; BOTEGA, J. N. Introdução. In: WERLANG, B. G.; BOTEGA, J. N. (org.). **Comportamento suicida**. Porto Alegre: Artmed, 2003

WERLANG, B. S. G.; BORGES, V. R.; FENSTERSEIFER, L. Fidedignidade e validade da escala de Ideação Suicida de Beck (BSI) em adolescentes. *In:* WERLANG, B. S. G.; BOTEGA, N. J. **Comportamento suicida**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Preventing suicide**: how to start a survivors' group. Geneva: World Health Organization. 2000. Acesso em: 29 ago. 2016.